



**A SER REALIZADA EM
26 DE JULHO DE 2022**



Goianésia, 14 de junho de 2022

Senhores Acionistas,

A Administração da Jalles Machado S.A. ("Companhia" ou "Jalles Machado") submete à apreciação dos seus Acionistas a presente Proposta da Administração ("Proposta") em relação às matérias constantes da ordem do dia contida no edital de convocação para a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada às 8h00 horário de Brasília, do dia 26 de julho de 2022, na sede da Companhia, na Cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na Fazenda São Pedro s/n, Rodovia GO 080, Km 185, Zona Rural, CEP: 76.388-899.

Jalles Machado S.A.



Índice

1.	Informações sobre as matérias objeto de deliberação	p. 4
2.	Proposta da Administração	p. 5
3.	Anexo I: Item 10 do Formulário de Referência da Companhia	p. 12
4.	Anexo II: Orçamento de Capital	p. 47
5.	Anexo III: Anexo A da Resolução CVM 81	p. 49
6.	Anexo IV: Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia	p. 54
7.	Anexo V: Item 13 do Formulário de Referência da Companhia	p. 62



1. Informações sobre as matérias objeto de deliberação

Todas as informações e documentos previstos na Resolução CVM, nº 81, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 81”) relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada às 08h00, horário de Brasília, do dia 26 de julho de 2022, na sede da Companhia, na Cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na Fazenda São Pedro s/n, Rodovia GO 080, Km 185, Zona Rural, CEP 76.388-899 (“AGO” ou “Assembleia”), assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas, estão disponíveis aos acionistas na sede e no website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.jallesmachado.com/>), no site da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”) (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

Conforme Edital de Convocação publicado na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), a Assembleia terá a seguinte ordem do dia:

- (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022;
- (2) deliberar sobre a proposta de orçamento de capital para o exercício a se encerrar em 31 de março de 2023;
- (3) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício encerrado em 31 de março de 2022;
- (4) definir o número de membros que comporá o Conselho de Administração da Companhia;
- (5) deliberar acerca da independência dos candidatos aos cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia;
- (6) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e
- (7) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia a ser paga no exercício social a se encerrar em 31 de março de 2023.

A Proposta da Administração para as matérias da ordem do dia da Assembleia está descrita neste documento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



2. Proposta da Administração

Em cumprimento ao disposto na Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM 80”), e na Resolução CVM 81, e visando à instrução dos Acionistas quanto às matérias a serem deliberadas na Assembleia, disponibiliza-se nesse documento a proposta da administração da Companhia acerca das matérias a serem submetidas à deliberação dos Acionistas na Assembleia, bem como as informações relevantes para o exercício do direito de voto pelos Acionistas.

(1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

O relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022, foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 13 de junho de 2022 e serão publicados no jornal Diário da Manhã em suas edições impressa e digital.

Além dos demais documentos aplicáveis de acordo com a Resolução CVM 81, os documentos abaixo encontram-se disponíveis para consulta na sede da Companhia, na Cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na Fazenda São Pedro s/n, Rodovia GO 080, Km 185, Zona Rural, CEP: 76.388-899, na página de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.jallesmachado.com>), na página da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br):

- Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de março de 2022;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Relatório da Administração;
- Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário;
- Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência e do art. 10, inciso III da Resolução CVM 81, que também consta no **Anexo I** a esta Proposta;

A Administração propõe a aprovação das contas dos administradores, do relatório da administração e das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

(2) deliberar sobre a proposta de orçamento de capital para o exercício a se encerrar em 31 de março de 2023.

Em conformidade com o artigo 196 da Lei das S.A., a Administração da Companhia propõe a retenção de parcela do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de março de 2022 no montante de R\$ 118.273.076,38,



para fazer frente ao plano de investimentos para a safra 2022/2023, substancialmente relacionados ao plano de expansão.

Para suportar a proposta de retenção do lucro líquido ora apresentada, a administração da Companhia recomenda que seja aprovada a proposta de orçamento de capital, nos termos do **Anexo II**, no valor total de R\$368.383.046,58, tendo as seguintes origens: (i) R\$ 250.109.970,20 de recursos próprios gerados pelas atividades operacionais da Companhia, e (ii) R\$ 118.273.076,38 mediante a retenção de lucros conforme proposta ora apresentada.

Os recursos do orçamento de capital proposto serão utilizados para a aquisição de ativos imobilizados (máquinas e equipamentos), que têm como objetivo o aumento da capacidade de moagem da cana-de-açúcar, e consequentemente, o aumento da produção de açúcar e etanol.

As informações requeridas pelo “Anexo A” da Resolução CVM 81 estão disponíveis para consulta dos Acionistas no **Anexo III** a esta Proposta da Administração.

(3) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

Nos termos do artigo 191 da Lei das S.A., o lucro líquido da Companhia apurado no exercício encerrado em 31 de março de 2022 foi de R\$389.093.491,43, para o qual se propõe a seguinte destinação:

Destinação	Valor (R\$)
Reserva Legal (5%)	19.454.675,00
Recomposição total da reserva de subvenção para investimento (art. 195-A da Lei das S.A.)	153.226.050,10
Retenção de lucros com base em orçamento de capital (art. 196 da Lei das S.A.)	118.273.076,38
Juros sobre Capital Próprio (conforme 674ª RCA de 03/12/2021)	45.710.833,97
Parcela remanescente do dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada na AGO	52.428.855,98
Total do lucro líquido	389.093.491,43

Reserva legal

Nos termos do artigo 193 da Lei das S.A. e do artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, 5% do lucro líquido do exercício devem ser destinados à constituição da reserva legal, perfazendo o montante de R\$ 19.454.675,00.



Reserva de Incentivos Fiscais

Nos termos do artigo 195-A da Lei das S.A. e do art. 19 do Decreto-Lei 1.598/77, a parcela de 153.226.050,10 do lucro líquido deve ser destinada à recomposição total da reserva de subvenção para investimento da Companhia.

Retenção de lucros

Nos termos do artigo 196 da Lei das S.A. e conforme deliberação a ser tomada no item (2) acima, a administração propõe que a parcela de R\$ 118.273.076,38 do lucro líquido seja retida com base em proposta de orçamento de capital.

Dividendo Mínimo Obrigatório

Nos termos do artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, a parcela mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, calculado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., deve ser distribuída a título de dividendo mínimo obrigatório, correspondente a R\$92.409.704,00.

Na 674ª reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de dezembro de 2021, a Companhia distribuiu juros sobre capital próprio no valor bruto de R\$ 45.710.833,97, já pagos aos acionistas. Nos termos da Deliberação CVM 683/12, foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório o valor líquido de tais juros sobre capital próprio de R\$ 39.980.848,02.

Dessa forma, a administração propõe a aprovação na AGO da distribuição da parcela remanescente do dividendo obrigatório, no valor de R\$ 52.428.855,98, sendo R\$ 0,1779076129 por ação ordinária. Terão direito aos dividendos propostos os acionistas da Companhia ao final do pregão de 26 de julho de 2022, data da AGO, sendo que as ações da Companhia serão negociadas “ex” dividendos a partir de 27 de julho de 2022 (inclusive).

As informações requeridas pelo “Anexo A” da Resolução CVM 81 estão disponíveis para consulta dos Acionistas no **Anexo III** a esta Proposta.

(4) definir o número de membros que comporá o Conselho de Administração da Companhia.

A Administração propõe que o Conselho de Administração, em caso de eleição pelo voto majoritário ou mediante a adoção do procedimento de voto múltiplo, seja composto por 7 (sete) membros.

(5) deliberar acerca da independência dos candidatos aos cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia.



Nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como membros independentes deve ser objeto de deliberação pela Assembleia Geral da Companhia.

Os candidatos a Conselheiros Independentes são: (i) Oscar de Paula Bernardes Neto; e (ii) Alexandre Lahóz Mendonça de Barros. Para maiores informações sobre os candidatos a Conselheiros Independentes, vide documento constante do **Anexo IV** desta Proposta.

Nos termos do artigo 17, I, do Regulamento do Novo Mercado, a Companhia obteve a declaração dos candidatos indicados acima, na qual atestaram o seu enquadramento nos critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado. Além disso, o Conselho de Administração da Companhia manifestou-se favoravelmente ao enquadramento dos candidatos listados acima nos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

Considerando o exposto acima, a Administração propõe aos acionistas que aprovem, no âmbito da Assembleia, o enquadramento de Oscar Bernardes e Alexandre Mendonça de Barros como candidatos a membros independentes do Conselho de Administração.

(6) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia.

A Administração da Companhia propõe a aprovação, pelos acionistas da Companhia, da proposta de eleição dos membros do Conselho de Administração conforme a chapa abaixo, a ser composta por 7 (sete) membros, com prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos, que se encerrará na data de realização da assembleia geral ordinária em que os acionistas da Companhia deliberarem acerca das demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024.

- (i) Oscar de Paula Bernardes Neto – membro independente
- (ii) Alexandre Lahóz Mendonça de Barros – membro independente
- (iii) Plínio Mário Nastari
- (iv) Otávio Lage de Siqueira Filho
- (v) Sílvia Regina Fontoura de Siqueira
- (vi) Clovis Ferreira de Moraes
- (vii) Gibrail Kanjo Esber Brahín Filho

Mais informações sobre os candidatos a membros do Conselho de Administração podem ser encontradas no **Anexo IV** desta Proposta, que contém as informações previstas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência.

A votação dos candidatos acima propostos será feita por chapa única, a ser eleita pelo voto majoritário.



Acionistas representando, no mínimo, 5% do capital social poderão requerer, por escrito, a adoção do processo de voto múltiplo à Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022 e da Resolução CVM 81.

Se validamente requerida a adoção de procedimento de voto múltiplo, a votação será feita de forma individual em lugar da chapa, e serão atribuídos a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia, sendo permitido ao Acionista o direito de acumular votos em um só candidato ou distribuí-los entre vários candidatos.

Os Acionistas que pretendam requerer a adoção do processo de voto múltiplo deverão fazê-lo por escrito à Companhia até as 8h00 do dia 24 de julho de 2022, por meio do endereço de e-mail ri@jallesmachado.com (assunto: “Voto Múltiplo AGO 2022”) ou mediante correspondência entregue na sede da Companhia, na Cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na Fazenda São Pedro s/n, Rodovia GO 080, Km 185, Zona Rural, CEP 76.388-899, aos cuidados de “Departamento de Relações com Investidores – Voto Múltiplo AGO 2022”.

Adicionalmente, os Acionistas minoritários titulares, individualmente ou em bloco, observado o disposto no artigo 141 da Lei das S.A. e no Estatuto Social da Companhia, de 10% (dez por cento) ou mais de ações da Companhia, terão o direito de eleger, em votação em separado, um membro para o Conselho de Administração.

Apenas poderão exercer o direito de eleger um membro do Conselho de Administração da Companhia em separado os Acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta de participação acionária mínima exigida para tal direito durante os 3 (três) meses imediatamente anteriores à realização da Assembleia.

(7) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia a ser paga no exercício social a se encerrar em 31 de março de 2023.

A Administração da Companhia propõe a fixação da remuneração global dos administradores, a ser paga no exercício social a se encerrar em 31 de março de 2023, no valor total de até R\$13.860.877,38, incluindo remuneração fixa, remuneração variável e remuneração baseada em ações.

Para a remuneração global do exercício a se encerrar em 31 de março de 2023, além da remuneração fixa e variável, a Companhia está avaliando a elaboração e submissão para aprovação em assembleia geral extraordinária de um plano de incentivo baseado em ações da Companhia, como forma de incentivar, atrair e reter os seus executivos.

Caso referido plano de incentivo seja oportunamente aprovado em assembleia geral, a Companhia pretende realizar outorgas no âmbito do referido plano no exercício social corrente, o que, de acordo com a regulamentação aplicável, resultará no reconhecimento de remuneração da administração.



Nesse sentido, a proposta de remuneração global da administração ora submetida já contempla a estimativa atual das despesas a serem reconhecidas no plano para o exercício social a se encerrar em 31 de março de 2023.

Para mais informações sobre a proposta de remuneração da administração, vide o item 13 do Formulário de Referência, constante do **Anexo V**.

A Política de Remuneração de Administradores da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de novembro de 2020 e está disponível para consulta no website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.jallesmachado.com>) e no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

(8) Instalação do Conselho Fiscal.

Apesar de não constar na ordem do dia da AGO, a Lei das S.A. faculta aos acionistas titulares de mais de 2% (dois por cento) do total do capital social da Companhia solicitar a instalação do Conselho Fiscal. Nesse sentido, por exigência legal, o Boletim de Voto a Distância contém a seguinte pergunta simples:

“13. Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404, de 1976?

[☐] Sim [☐] Não [☐] Abster-se”

A Companhia sugere que os acionistas que optarem pelo voto a distância votem “não” ou “abster-se” quanto à solicitação da instalação desse órgão, por entender que o Comitê de Auditoria Estatutário, que tem como missão assegurar a operacionalização dos processos de auditoria interna e externa, dos mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos e a coerência das políticas financeiras com as diretrizes estratégicas e o perfil de risco do negócio, já desempenha adequadamente as funções de fiscalização, dispensando a instalação do Conselho Fiscal, o que resultaria em aumento de custos para a Companhia sem benefícios claros.

Até o momento, a Administração informa que não houve solicitação de inclusão de candidatos ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto a Distância, conforme permitido nos termos do art. 37, inciso I da Resolução CVM 81.

Dessa forma, os acionistas que optarem pela entrega do boletim de voto a distância não terão condição de conhecer os nomes, currículos e outras informações relevantes de eventuais candidatos que venham a ser indicados posteriormente, até mesmo na própria Assembleia, bem como participar da eleição, caso acionistas titulares de mais de 2% (dois por cento) do total do capital social da Companhia votem a favor do pedido de instalação do Conselho Fiscal (considerando a soma dos votos presenciais e a distância).

Assim, para evitar o risco de que os acionistas que optarem pelo voto a distância inadvertidamente contribuam para a eleição de candidatos (i) indicados e apoiados por acionistas detentores de percentual ínfimo ou minimamente representativo do capital, e/ou (ii) cujos nomes e currículos e outras informações relevantes para uma decisão informada não tenham sido divulgados quando do preenchimento do Boletim de Voto a Distância,



sem prejuízo ao disposto no art. 37, inciso I da Resolução CVM 81, a Administração sugere que os acionistas que optarem pelo voto a distância votem “não” ou “abster-se” na resposta à pergunta simples nº 13.

* * *

**JALLES MACHADO S.A.****PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2022****ANEXO I****Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do
Formulário de Referência e nos termos do Artigo 10, inciso III da Resolução CVM 81****10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

Análise das informações contábeis consolidadas da Jalles Machado S.A. ("Companhia"), referente aos exercícios findos em 31 de março de 2022, 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período citado.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022, o patrimônio líquido da Companhia foi aumentado em R\$ 252,7 milhões ou 22,2%, explicado, em grande parte, pelo aumento na conta reserva de lucros.

Em 31 de março de 2022, o índice de endividamento total foi de 2,1x (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 1.242,7 milhões e a dívida líquida totalizava R\$ 205,9 milhões, com um índice de dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido de 0,1x.

Em 31 de março de 2021, o índice de endividamento total foi de 2,0x (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 1.194,1 milhões e a dívida líquida totalizava R\$ 226,6 milhões, com um índice de dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido de 0,2x.

Em 31 de março de 2020, o índice de endividamento total foi de 3,2x. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$389,1 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R\$896,3 milhões, com um índice de dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido de 1,5x.



(em R\$ milhões, exceto x)	Exercício social findo em 31 de março de		
	2022	2021	2020
Empréstimos e financiamentos – passivo circulante	296,5	427,7	211,5
Empréstimos e financiamentos – passivo não circulante	1.152,0	993,0	1.073,9
Dívida Bruta	1.448,6	1.420,7	1.285,4
(-) Caixa e equivalentes e Caixa restrito do Ativo circulante e não circulante	1.301,5	1.222,4	435,3
Dívida Líquida	147,0	198,3	850,1
Patrimônio Líquido	1.388,7	1.136,0	601,2
Dívida Líquida/ PL	0,1x	0,2x	1,4x

(b) *Estrutura de Capital*

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de março de		
	2022	2021	2020
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	2.861,1	2.325,1	1.943,3
Capital próprio (patrimônio líquido)	1.388,7	1.135,9	601,2
Capital total (terceiros + próprio)	4.249,9	3.461,1	2.544,5
Parcela de capital de terceiros	67,3%	67,2%	76,4%
Parcela de capital próprio	32,7%	32,8%	23,6%

(c) *Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos*

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral (total do ativo circulante e ativo não circulante, dividido pelo total do passivo circulante e passivo não circulante) e corrente (total do ativo circulante dividido pelo total do passivo circulante) da Companhia em 31 de março de 2022 eram de 1,5x e 2,7x, respectivamente. No encerramento do último exercício social, em 31 de março de 2022, a Companhia possuía R\$1.448,6 milhões de empréstimos e financiamentos tomados. Entendemos que o relacionamento e credibilidade da Companhia com instituições financeiras permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) *Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas*

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos e operações de captação de recursos no mercado de capitais local; e (iii) realização da Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia, cujos recursos foram destinados para investimentos em aumento da capacidade de processamento de cana-de-açúcar e canaviais próprios, além da aquisição de unidade industrial e canavial. Esses financiamentos



são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas, necessidade de capital de giro, investimentos em máquinas e equipamentos agroindustriais e investimentos nos canaviais e demais gastos da operação.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) *Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez*

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidade de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor, por meio das fontes de financiamento que estão atualmente utilizadas, conforme descrito no subitem 10.1(d) acima.

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) *Níveis de endividamento e as características de tais dívidas*

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de março de 2022, a Companhia possuía, no total, 52 contratos de empréstimos e financiamentos, dos quais 9 contratos de empréstimos e financiamentos são considerados relevantes e representavam, naquela data, 52,4% do seu endividamento total.

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos relevantes da Companhia em vigor em 31 março de 2022:

Credor / Agente Fiduciário	Modalidade	Indexador	Venc. Final	Moeda	Saldo devedor em 31/03/2022 (R\$ mil)	Garantias
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.	Cédula de Produto Rural Financeira	IPCA + 4,50 a.a.	18/02/2026	Real	282.702	N/A
Citibank N.A.	Pré-pagamento de Exportação (Advance Facility Agreement)	LIBOR + 4,25% a.a.	28/06/2024	Dólar dos Estados Unidos	42.646(1)	Penhor mercantil de açúcar e aval.
Internacional Finance Corporation – IFC	Contrato de Empréstimo	1ª Tranche: CDI + 2,75% a.a. 2ª Tranche: LIBOR + 3,50 a.a.	1ª Tranche: 15/10/2027 2ª Tranche: 15/10/2027	Real e Dólares dos Estados Unidos	1ª Tranche: 94.890 2ª Tranche: 9.636(1)	Nota promissória, no valor de 120% do montante emprestado e alienação fiduciária de imóvel.



		3ª Tranche: LIBOR + 3,30 a.a.	3ª Tranche: 15/10/2025		3ª Tranche: 36.103	
International Finance Corporation – IFC	Contrato de Empréstimo	1ª Tranche: CDI + 3,00% a.a.	1ª Tranche: 15/10/2025	Real e Dólares dos Estados Unidos	1ª Tranche: 88.472	Penhor de equipamentos, hipoteca de imóvel, cessão fiduciária de direitos creditórios e nota promissória no valor de 120% do montante emprestado.
		2ª Tranche: LIBOR + 4,25 a.a.	2ª Tranche: 15/10/2025		2ª Tranche: 11.603	
		3ª Tranche: LIBOR + 4,05 a.a.	3ª Tranche: 15/10/2024		3ª Tranche: 48.298	
Santander	Cédula de Crédito à Exportação	CDI + 1,798% a.a.	30/01/2024	Real	30.878	Aval.
BNDES (FINEM)	Cédula de Crédito Bancário	(a) SELIC + 3,82 a.a.	(a) 15/12/2023	Real	(a) 9.928	Fiança e hipoteca em 3º grau.–
		(b) Taxa pré- fixada: 9,50% a.a.	(b) 15/12/2023		(b) 4.337	
		(d) TLP + 3,74% a.a.	(d) 15/12/2023		(d) 1.838	
BNDES (FINEM)	Cédula de Crédito Bancário	TJLP + 3,44% a.a.; Taxa pré- fixada: 6,50 a.a.	15/03/2028	Real	(a) 55.357	Aval, fiança e hipoteca de imóvel em 3º grau.
					(b) 4.005	
Caixa Econômica Federal	Cédula de Crédito Bancário	CDI + 2,1815 a.a.	28/08/2023	Real	38.697	Cessão fiduciária de direitos creditórios, duplicatas mercantis e aval.
VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.	Debêntures Incentivada	5,5923% a.a + IPCA	15/12/2028	Real	321.347	N/A
		5,8041% a.a + IPCA	15/12/2031		146.881	

(1) Valor em Reais (R\$) com base na taxa de câmbio PTAX calculada pelo Banco Central do Brasil em 31 de março de 2022, no valor de R\$ 4.7378 para US\$1,00

1) Cédula de Produto Rural Financeira: (Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.) emitida pela Companhia em 14 de fevereiro de 2020 no valor de R\$ 240 milhões e com vencimento em 18 de fevereiro de 2026. A remuneração consiste na variação acumulada do IPCA, acrescido de sobretaxa (spread) de 4,5% a.a. Em 31 de março de 2022, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$ 282.702 mil.

2) Pré-pagamento de Exportação (Advance Facility Agreement): (Citibank N.A.) emitido pela Companhia em 30 junho de 2020, no valor de US\$9.000.000,00 e com vencimento em 28 de junho de 2024. A remuneração é corresponde a 100% LIBOR, acrescido de sobretaxa (spread) de 4,25% a.a. Em 31 de março de 2022, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$ 42.646 mil. Como garantia desta operação foi dado penhor mercantil de açúcar e aval ao credor.

3) Contrato de Empréstimo: (International Finance Corporation - IFC) celebrado pela Companhia em 4 de setembro de 2020 no valor de US\$ 27,5 milhões e com vencimento da 1ª Tranche em 15 de outubro de 2027, vencimento da 2ª Tranche em 15 de outubro de 2027 e vencimento da 3ª Tranche em 15 de outubro de 2025. A remuneração é de 100% CDI, acrescido de 2,75% a.a. para a 1ª Tranche, 100% LIBOR, acrescido de 3,50% a.a. para a 2ª Tranche e 100% LIBOR, acrescido de 3,30% a.a. para a 3ª Tranche. Em 31 de março de 2022, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$ 94.890 mil para a 1ª Tranche, R\$ 9.636 mil para a 2ª Tranche e R\$ 36.103 mil para a 3ª Tranche. Como garantia desta operação foi Alienação Fiduciária



de Imóvel e Nota Promissória.

(i) Contrato de Empréstimo: (International Finance Corporation - IFC) emitida pela Companhia em 6 de dezembro de 2017 no valor de US\$ 55 milhões e com vencimento da 1ª Tranche em 15 de outubro de 2025, vencimento da 2ª Tranche em 15 de outubro de 2025, vencimento da 3ª Tranche em 15 de outubro de 2024 e vencimento da 4ª Tranche em 15 de outubro de 2022. A remuneração é de 100% CDI, acrescido de 3,00% a.a. para a 1ª Tranche, 100% LIBOR, acrescido de 4,25% a.a. para a 2ª Tranche, 100% LIBOR, acrescido de 4,05% a.a. para a 3ª Tranche e 100% LIBOR. Em 31 de março de 2022, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$ 88.472 mil para a 1ª Tranche, R\$ 11.603 mil para a 2ª Tranche e R\$ 48.298 mil para a 3ª Tranche. Como garantia desta operação foi registrada hipoteca de primeiro grau sobre a Usina Otávio Lage, firmado um contrato de penhor de equipamentos sobre todo o equipamento na Fábrica Otávio Lage, firmado um contrato de direitos e recebíveis sobre todos os contratos comerciais relevantes entre a Mutuária e a Codora em relação, *inter alia*: (a) ao fornecimento de bagaço em troca do uso de eletricidade na usina Otávio Lage e (b) a venda do bagaço excedente, conforme estipulado no Acordo de Participação da Codora ao valor de mercado e foram emitidas Notas Promissórias.

4) Cédula de Crédito à Exportação: (Banco Santander (Brasil) S.A.) emitida pela Companhia em 28 de março de 2019 no valor de R\$60 milhões e com vencimento em 30 de janeiro de 2024. A remuneração é de 100% CDI, acrescido de 1,798% a.a. Em 31 de março de 2022, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$ 30.878 mil. Como Garantia desta operação foi prestada cessão fiduciária Certificados de Depósito Bancário no valor de R\$ 41.677 mil.

5) Cédula de Crédito Bancário: (BNDES) emitida pela Companhia em 11 de dezembro de 2015 no valor de R\$84.890 mil e vencimento em 15 de dezembro de 2023. A remuneração depende do subcrédito relacionado, conforme segue: (A) Subcréditos "A", "G", "H" e "I" - 100% SELIC, acrescido de 3,82% a.a.; (B) Subcréditos "B" - 100% TLP, acrescida de 3,74% a.a.; e (C) Subcrédito "E" - Taxa fixa de 9,5% a.a. Em 31 de março de 2022, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de Subcrédito (A) R\$9.928 mil; Subcrédito (B) R\$1.838 mil; Subcrédito (C) R\$ 4.337 mil. Como garantia desta operação, a Fazenda São Pedro foi prestada em hipoteca de terceiro grau.

6) Cédula de Crédito Bancário: (BNDES) emitida pela Companhia em 8 de março de 2019 no valor de R\$77.104 mil e com vencimento em 15 de março de 2028. A remuneração depende do subcrédito relacionado, conforme segue (a) Juros incidentes sobre os Subcréditos "A", "B", "C" e "E" - 100% do TJLP, acrescido de 3,44% a.a. e (b) Juros Incidentes sobre o Subcrédito "D" - Taxa prefixada de 6,50% a.a. Em 31 de março de 2022, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de (a) R\$55.357 mil e (b) R\$4.005mil. Como garantia desta operação, foi prestada em hipoteca de quarto grau a Usina Jalles Machado.

7) Cédula de Crédito Bancário: (Caixa Econômica Federal) emitida pela Companhia em 28 de maio de 2020 no valor de R\$50 milhões e com vencimento em 28 de agosto de 2023. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de taxa de juros de sobrepreço de 0,18% a.m. Em 31 de março de 2022, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R\$ 31.697 mil. Como garantia desta operação foi prestada cessão fiduciária de direitos creditórios de Depósitos/aplicações financeiras e cessão fiduciária de direitos creditórios lastreados em duplicatas mercantis representadas por Títulos de Cobrança Bancária em favor de credor.

8) Debêntures Incentivadas: (Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.) emitidas pela Companhia em 05 de janeiro de 2022 com vencimentos em 15/12/2028 e 15/12/2031. A remuneração depende da série emitida conforme segue: (i) correção do IPCA acrescida de 5,5923% a.a.; (ii) correção do IPCA acrescida de 5,8041% a.a. Em 31 de março de 2022, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de (i) R\$ 321.347 mil; (i) R\$ 146.881 mil.

(ii) *Outras relações de longo prazo com instituições financeiras*



A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e não têm outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas acima citadas.

Ainda, os Diretores da Companhia esclarecem que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras estabelecidas pela Companhia têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) *Grau de subordinação entre as dívidas*

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de março de 2022 possui cláusulas específicas de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as suas dívidas é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor e dos instrumentos de garantia constituídas, conforme aplicável.

Assim, na hipótese de concurso universal de credores, o pagamento aos credores obedece à seguinte ordem: (i) créditos derivados da legislação do trabalho, (ii) créditos tributários – excetuadas as multas tributárias, (iii) créditos quirografários, (iv) multas contratuais e as (v) penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas – inclusive as multas tributárias e créditos subordinados.

(iv) **Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário**

Dentre os contratos de financiamento relevantes da Companhia firmados com terceiros, alguns foram elaborados com cláusulas restritivas (*covenants*), quais sejam:

1) Cédula de Produto Rural Financeira (Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.) emitida em 14 de fevereiro de 2020: De acordo com o disposto neste instrumento contratual, são considerados eventos de vencimento antecipado automático a realização de redução do capital social da Companhia, sem anuência prévia da credora, exceto caso tal redução tenha como objetivo a absorção de prejuízos, conforme estabelecido no artigo 174 da Lei das S.A. São considerados eventos de vencimento antecipado não automático: (a) alteração ou transferência, direta ou indireta, do Controle (conforme definido abaixo) da Emitente, exceto se previamente autorizado pela Credora; (b) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação, inclusive incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária que envolva a alteração do Controle (conforme definido abaixo) da Emitente, suas Controladas e/ou Coligadas (conforme definidas abaixo), exceto: (i) para o caso de suas Controladas e/ou Coligadas, os recursos oriundos dessa operação continuem em posse da Emitente, desde que a operação societária seja realizada pelo seu valor de mercado, conforme comprovado por meio de laudo emitido por empresa de auditoria independente; ou (ii) mediante aprovação prévia da Credora; e (c) pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora; não atendimento do índice financeiro indicado em até 3 (três) dias após a publicação das Demonstrações Financeiras.

2) Pré-pagamento de Exportação (Advance Facility Agreement) (Citibank N.A.) datado de 30 de junho 2020: De acordo com o disposto neste instrumento contratual, a Companhia deve: (a) não vender, arrendar, transferir ou dispor de todos ou uma parte substancial de suas propriedades ou ativos possuídos ou eventualmente adquiridos; (b) criar, assumir, sofrer ou permitir a realização de quaisquer transações de venda e lease-back bem como aumentar seu endividamento em valor superior ao valor permitido no contrato; e (c) cumprir com determinados índices financeiros, especificados abaixo. Além disso, o contrato poderá ser declarado vencido,



antecipadamente, incluindo, dentre outros, na hipótese de ocorrer uma mudança substancial na posição acionária da Companhia.

3) Contrato de Empréstimo (International Finance Corporation – IFC) com emissão em 4 de setembro de 2020: De acordo com o disposto neste instrumento contratual, a IFC poderá, mediante notificação à Mutuária, suspender o direito da Mutuária aos Desembolsos ou cancelar a parte não desembolsada de qualquer Empréstimo total ou parcialmente se qualquer Evento de Inadimplemento tiver ocorrido e for contínuo, ou se o Evento de Inadimplemento especificado na Cláusula 6.02(f) (i.e., uma decisão judicial declarando a insolvência, falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação ou similar da Mutuária ou suas subsidiárias) for, na opinião razoável da IFC, iminente. Além disso, a Cláusula 6.01 dispõe que se qualquer Evento de Inadimplemento ocorrer e tiver continuidade (quer seja voluntário ou involuntário, ou resulte da aplicação da lei ou de outro modo), a IFC poderá, mediante a entrega de uma notificação à Mutuária, exigir que a Mutuária amortize o Empréstimo ou a parte do Empréstimo que for especificada nessa notificação. Após o recebimento de qualquer referida notificação, a Mutuária amortizará imediatamente o Empréstimo (ou a parte do Empréstimo especificada na notificação) e pagará todos os juros acumulados sobre ele, bem como quaisquer outros valores então devidos de acordo com o presente Contrato e os demais Documentos da Transação. Conforme disposto na Cláusula 6.02 deste instrumento contratual, é um Evento de Inadimplemento a Mudança de controle.

4) Contrato de Empréstimo (International Finance Corporation – IFC) com emissão em 6 de dezembro de 2017: Em acordo com o disposto neste instrumento contratual, a IFC poderá, mediante notificação à Mutuária, suspender o direito da Mutuária aos Desembolsos ou cancelar a parte não desembolsada de qualquer Empréstimo total ou parcialmente se qualquer Evento de Inadimplemento tiver ocorrido e for contínuo, ou se o Evento de Inadimplemento especificado na Cláusula 6.02(f) (i.e., uma decisão judicial declarando a insolvência, falência, recuperação judicial, dissolução, liquidação ou similar da Mutuária ou suas subsidiárias) for, na opinião razoável da IFC, iminente. Além disso, a Cláusula 6.01 dispõe que se qualquer Evento de Inadimplemento ocorrer e tiver continuidade (quer seja voluntário ou involuntário, ou resulte da aplicação da lei ou de outro modo), a IFC poderá, mediante a entrega de uma notificação à Mutuária, exigir que a Mutuária amortize o Empréstimo ou a parte do Empréstimo que for especificada nessa notificação. Após o recebimento de qualquer referida notificação, a Mutuária amortizará imediatamente o Empréstimo (ou a parte do Empréstimo especificada na notificação) e pagará todos os juros acumulados sobre ele, bem como quaisquer outros valores então devidos de acordo com o presente Contrato e os demais Documentos da Transação. Conforme disposto na Cláusula 6.02 deste instrumento contratual, é um Evento de Inadimplemento a Mudança de controle.

5) Cédula de Crédito à Exportação (Banco Santander (Brasil) S.A.) com emissão em 28 de março de 2019: Em acordo com o disposto neste instrumento contratual o banco terá o direito de considerar esta cédula antecipadamente vencida e exigir do Cliente e dos Avalistas, independentemente de aviso ou notificação de qualquer espécie, o pagamento integral e de uma só vez de todo o saldo devedor decorrente da presente, inclusive com a exigibilidade das garantias constituídas, nas hipóteses previstas em lei e ainda se o Cliente e/ou os Avalistas tiverem o seu controle societário direto ou indireto transferido a terceiro ou vierem a ser incorporados, ou ocorrer a fusão ou a transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma, de seus ativos operacionais para outra entidade sem que o Banco tenha manifestado, formalmente, a decisão de manter vigente esta Cédula, antes de tais eventos.

6) Cédula de Crédito Bancário (BNDES) com emissão em 11 de dezembro de 2015: Conforme disposto neste instrumento contratual, o BNDES poderá declarar vencida antecipadamente esta Cédula, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de quaisquer desembolso, se, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "disposições aplicáveis aos contratos do BNDES", a que se refere a Cláusula Décima Primeira, inciso I, forem comprovados pelo BNDES: operações de fusão, cisão, dissolução, incorporação (na qualidade de incorporadora ou incorporada), a alteração no controle efetivo, direto ou indireto da Companhia ou de seus sucessores, sem a prévia e expressa anuência do BNDES.



7) Cédula de Crédito Bancário (BNDES) com emissão 8 de março de 2019: Conforme disposto neste instrumento contratual, o BNDES poderá declarar vencida antecipadamente esta Cédula, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de quaisquer desembolso, se, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "disposições aplicáveis aos contratos do BNDES", a que se refere a Cláusula Décima Primeira, inciso I, forem comprovados pelo BNDES: operações de fusão, cisão, dissolução, incorporação (na qualidade de incorporadora ou incorporada), a alteração no controle efetivo, direto ou indireto da FINANCIADA ou de seus sucessores, sem a prévia e expressa anuência do BNDES.

8) Cédula de Crédito Bancário (Caixa Econômica Federal) com emissão em 28 de maio de 2020: Conforme disposto neste instrumento contratual, a Caixa poderá declarar integralmente vencida e exigível a dívida resultante da referida operação, quando verificada a ocorrência das seguintes hipóteses: se ocorrer cessão ou transferência a terceiros, a qualquer título, no todo ou em parte, dos direitos e obrigações decorrentes desta Cédula de Crédito, sem a prévia expressa autorização da Caixa, ou cessão, empréstimo, promessa de venda, alienação dos bens alienados, ou constituição sobre o mesmo de qualquer ônus, seja de que natureza for; alteração do controle societário sem a prévia e expressas anuência da Caixa.

9) Debêntures Incentivadas (Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.): Conforme disposto neste instrumento contratual, O Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento Não Automático" e, em conjunto com os Eventos de Inadimplemento Automático, um "Evento de Inadimplemento"), convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, de forma individual para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures: (i) descumprimento, pela Emissora, de quaisquer obrigações não pecuniárias, principais ou acessórias, relacionadas a esta Escritura de Emissão, não cumpridas no prazo estabelecido, ou, em caso de omissão, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis a contar do referido descumprimento; (ii) descumprimento das disposições das Leis Anticorrupção (conforme definida abaixo), bem como de qualquer legislação e/ou regulamentação anticorrupção vigentes pela Emissora e/ou quaisquer das sociedades pertencentes ao Grupo Econômico; (iii) inadimplemento de obrigação pecuniária (exceto pelas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão), pela Emissora e e/ou quaisquer de suas Controladas, em valor individual ou agregado superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), e/ou valor equivalente em outras moedas; (iv) descumprimento, pela Emissora e/ou quaisquer de suas Controladas, de qualquer decisão administrativa, sentença arbitral ou judicial de exigibilidade imediata, ou seja, desde que não tenha sido obtido efeito suspensivo, contra a Emissora envolvendo valores iguais ou superiores a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), não sanado no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do referido descumprimento; (v) protesto de títulos contra a Emissora e/ou por quaisquer das sociedades pertencentes ao Grupo Econômico, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da data do protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário que: (a) o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s); ou (b) o(s) protesto(s) foi(ram) efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido obtida medida judicial adequada para a anulação ou sustação de seus efeitos; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi(ram) depositado(s) em juízo; ou (d) o montante protestado foi devidamente quitado pela Emissora; (vi) realização de operações com quaisquer das sociedades pertencentes ao Grupo Econômico, sem a prévia autorização do Agente Fiduciário, exceto por operação ou série de operações que sejam em termos e condições não menos favoráveis do que aqueles que seriam obtidos em uma operação comparável, em termos estritamente comerciais, em condições de mercado (arm's length), com uma pessoa ou entidade que não seja do Grupo Econômico ou por operações celebradas conforme a política para operações com partes relacionadas, conforme divulgada publicamente pela Emissora; (vii) alteração ou transferência, direta ou indireta, do "Controle" da Emissora, exceto se previamente autorizado pelo Agente Fiduciário; (viii) realização de operações com derivativos com objetivo que não seja: (a) de hedge pela Emissora, e/ou por quaisquer uma de suas subsidiárias; (b) swap em operações de financiamento; (c) fixação de etanol na B3, exclusivamente caso a Emissora esteja inadimplente com as obrigações; (ix) liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação,



inclusive incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária que envolva a alteração do Controle da Emissora e/ou de suas Controladas (conforme definidas abaixo), exceto: (a) para o caso de suas Controladas, os recursos oriundos dessa operação continuem em posse da Emissora, desde que a operação societária seja realizada pelo seu valor de mercado, conforme comprovado por meio de laudo emitido por empresa de auditoria independente; ou (b) mediante aprovação prévia do Agente Fiduciário, conforme deliberação de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; (x) desapropriação, confisco ou qualquer outra forma de perda de propriedade ou posse direta por ato ou determinação de autoridade competente, pela Emissora e/ou por qualquer Controlada, de ativos permanentes cujo valor individual ou agregado, seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (xi) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora no âmbito desta Escritura de Emissão sejam falsas, enganosas ou incorretas (neste último caso, em qualquer aspecto relevante); (xii) inobservância das obrigações estabelecidas pela legislação socioambiental e criminal aplicável, constatado por meio de sentença arbitral ou judicial condenatória, de exigibilidade imediata, ou seja, desde que não tenha sido obtido efeito suspensivo, pela Emissora e/ou por quaisquer das sociedades pertencentes ao Grupo Econômico; (xiii) existência de sentença arbitral ou judicial, de exigibilidade imediata, ou seja, desde que não tenha sido obtido efeito suspensivo, referente à prática de atos pela Emissora e/ou por quaisquer das sociedades pertencentes ao Grupo Econômico, que importem em violação à legislação que trata do combate ao trabalho infantil, ao trabalho análogo ao escravo, ao proveito criminoso da prostituição ou danos ao meio ambiente; cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência pela Emissora e/ou por quaisquer de suas Controladas, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s) de titularidade da Emissora e e/ou por quaisquer de suas Controladas, exceto se a Emissora estiver adimplente com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e tal ato não causar o descumprimento de qualquer uma de tais obrigações; (xiv) interrupção das atividades da Emissora e/ou por quaisquer de suas Controladas por prazo superior a 20 (vinte) dias corridos, determinada por ordem administrativa, judicial ou qualquer outra autoridade competente; (xv) caso, qualquer dos documentos relacionados à Oferta não estejam devidamente formalizados e/ou registrados, conforme o caso, na forma e prazos exigidos nos respectivos documentos; (xvi) caso as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal; (xvii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por quaisquer de suas Controladas, e que afete de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas, exceto se, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização; e (xviii) não atendimento do índice financeiro abaixo em qualquer exercício social, calculado pela Emissora em até 3 (três) Dias Úteis após a publicação das demonstrações financeiras anuais e verificado pelo Agente Fiduciário com base na memória de cálculo enviada pela Emissora, contendo todas as rubricas necessárias que demonstrem o cumprimento dos índices financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos referidos índices financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo esta solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

O quadro abaixo apresenta os *covenants* mencionados, os parâmetros exigidos e os valores performados.



Operação	Parâmetros	Exercício social findo em 31 de março de		
		2022	2021	2020
*CRA True Securitizadora (1 contrato)	Dívida Líquida/Ebitda $\leq$ 3,25x	0,13	0,28	1,39
	Ebitda/Despesa Financeira Líquida $\geq$ 2,5x excluindo as perdas e ganhos com variações cambiais e e com operações de derivativos	9,00	7,4	3,25
	(Dívida Líquida Consolidada excluindo Estoque de Produtos Acabados) / (EBITDA Acumulado divulgado no último trimestre antes de novas aquisições e/ou investimentos em novas unidades agroindustriais) $\leq$ 2,0x	0,07	0,22	1,31
*CRA Fortesec (1 contrato)	Dívida Líquida/Ebitda $\leq$ 3,5x	0,13	0,28	1,37
	Ebitda/Despesa Financeira Líquida desconsideradas as despesas com variação cambial $\geq$ 2,5x	3,08	2,54	3,25
	(Dívida Líquida Consolidada excluindo Estoque de Produtos Acabados) / (EBITDA Acumulado divulgado no último trimestre antes de novas aquisições e/ou investimentos em novas unidades agroindustriais) $\leq$ 2,0x	0,07	0,22	1,31
*Citibank (2 contratos)	Dívida Líquida/Ebitda $\leq$ 3,25x	0,13	0,28	1,39
	Liquidez Corrente $\geq$ 1,1x	2,71	2,58	2,17
IFC (2 contratos)	Dívida Líquida/PL $\leq$ 3,0x	0,11	0,3	1,58
	Dívida Líquida/Ebitda $\leq$ 3,25x (2018), 3,0x (2019) e 2,75x posterior	0,19	0,77	2,6
	Liquidez Corrente $\geq$ 1,1x	2,71	2,58	2,17
	Ebitda/Despesa Financeira Líquida $\geq$ 2,0x	12,46	6,12	3,2
	Saldo em Caixa $\geq$ R\$ 83	1.300	1.221	416
*Santander (4 contratos)	Dívida Líquida/Ebitda $\leq$ 2,5x	0,13	0,28	1,39
	Liquidez Corrente $\geq$ 1,2x	2,71	2,58	2,17
*Caixa Econômica Federal (1 contrato)	Dívida Líquida/Ebitda $\leq$ 3,5x	0,13	0,28	1,39
	Liquidez Corrente $\geq$ 1,0x	2,71	2,58	2,17
Debentures incentivadas	(Dívida Líquida Consolidada) / (EBITDA Ajustado) $\leq$ 3,25;	0,13	-	-
	(EBITDA Ajustado) / (Despesas Financeiras Líquidas) "desconsideradas as despesas com variação cambial" $\leq$ a 2,5	3,08	-	-
	(Dívida Líquida Consolidada excluindo Estoque de Produtos Acabados) / (EBITDA Acumulado) do último trimestre antes de novas aquisições e/ou investimentos em novas plantas) $\leq$ 2.	0,07	-	-

Nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia esteve, e continua, em cumprimento com as obrigações previstas em seus instrumentos financeiros.

Para as operações cujos contratos listavam a necessidade de autorização do credor para movimentos de cisão, a Companhia obteve todos os *waivers* necessários para realização da cisão descrita nos itens 3.3 e 6.6 deste Formulário.



(g) *Limites de utilização dos financiamentos já contratados*

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) *Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras* **DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

(em R\$ milhões, exceto %)	31/03/2022	Análise Vertical	31/03/2021	Análise Vertical	31/03/2020	Análise Vertical	2022 x 2021	2021 x 2020
Receita operacional líquida	1.449,1	100,0%	1.085,4	100,0%	888,5	100,0%	33,5%	22,2%
Custos dos produtos vendidos	(729,3)	50,3%	(655,5)	60,4%	(578,7)	65,1%	11,3%	13,3%
Variação do valor justo de ativos biológicos	35,5	2,4%	177,2	16,3%	(36,7)	4,1%	-80%	NA
Lucro bruto	755,3	52,1%	607,1	55,9%	273,1	30,7%	24,4%	122,3%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	172,6	11,9%	85,4	7,9%	105,0	11,8%	102,1%	-18,7%
Despesas gerais e administrativas	(100,9)	7,0%	(72,7)	6,7%	(73,7)	8,3%	38,8%	-1,4%
Despesas com vendas	(99,3)	6,9%	(103,5)	9,5%	(66,5)	7,5%	-4,1%	55,6%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	735,5	50,8%	508,6	46,9%	237,8	26,8%	44,6%	113,9%
Resultado financeiro, líquido	(298,3)	20,6%	(306,9)	28,3%	(188,5)	21,2%	-2,8%	62,8%
Resultado de equivalência patrimonial	16,5	1,1%	11,1	1,0%	8,7	1,0%	48,6%	27,6%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	453,6	31,3%	212,8	19,6%	57,9	6,5%	113,2%	267,5%
Imposto de renda e contribuição social	(65,7)	4,5%	(42,9)	4,0%	18,7	2,1%	53,1%	NA
Lucro (prejuízo) do exercício	387,9	26,8%	170,4	15,7%	76,5	8,6%	127,6%	122,7%

Para facilitar a leitura desta seção, apresentamos abaixo algumas definições dos termos utilizados nos textos que se seguem:

- “Produzir e Fomentar”: programas de incentivo fiscal do Governo do Estado de Goiás que reduzem a carga tributária do ICMS para as empresas.
- “Protege”: taxa cobrada pelo Governo do Estado de Goiás sobre os incentivos fiscais Produzir e Fomentar.
- “MTM (Mark to Market)”: Valor justo dos instrumentos de hedge na data do relatório.



EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021

Receita operacional líquida

A receita operacional bruta da Companhia é resultado da soma das vendas de seus produtos etanol, açúcar, açúcar orgânico, soja, saneantes, derivados de levedura, borracha natural e outras vendas.

A receita operacional líquida da Companhia e de suas controladas é composta pela receita operacional bruta deduzida dos impostos sobre as vendas e devoluções.

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 foi de R\$ 1.449,1 milhões comparativamente a R\$ 1.085,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2021, o que representou aumento de R\$ 363,7 milhões ou 33,5%. Contribuíram para o desempenho: (i) os preços do açúcar e de saneantes que se mantiveram acima dos observados no exercício anterior durante toda a safra 2021/22; e (ii) os preços do etanol que também apresentaram tendência de alta até meados de novembro, voltando a recuperar na entressafra (fevereiro e março).

Custo do Produto Vendido - CPV

O Custo do Produto Vendido mensura as despesas diretamente associadas ao processo de produção dos produtos comercializados pela Companhia, sendo composto, principalmente, pelo custo da matéria-prima e mão de obra.

CPV no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 729,3 milhões comparativamente a R\$ 655,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2021, o que representou aumento de R\$ 73,8 milhões ou 11,3%. Este aumento é atribuído substancialmente ao maior volume de produtos comercializados no exercício e os efeitos da inflação no período.

Ativo Biológico

Os ativos biológicos são seres vivos, como a cana-de-açúcar, que, após o processo de colheita, tornam-se produtos agrícolas, devendo ser aplicada sobre eles uma avaliação de valor justo. A avaliação a valor justo é realizada trimestralmente, sendo gerada por modelos técnicos baseados em informações próprias da Companhia e observações de mercado. No exercício social encerrado em 31 de março de 2022, houve uma receita no valor justo do ativo biológico de R\$ 35,5 milhões versus R\$ 177,2 milhões em 31 de março de 2021, o que corresponde a uma variação de R\$ 141,7 milhões entre os exercícios. A variação no valor justo do ativo biológico a cada período ocorre em função da variação das expectativas da Companhia para os custos e despesas de produção, baseadas no histórico destes números e inflação projetada, e projeções de preço de preços futuros de comercialização, baseadas em expectativas da área comercial da Companhia e preços negociados no mercado futuro de açúcar e etanol.

Lucro bruto

O Lucro Bruto consiste no total da receita líquida deduzido do custo do produto vendido, somado à variação no valor justo do ativo biológico.

O Lucro Bruto no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 foi de R\$ 755,3 milhões comparativamente a R\$ 607,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2021, o que representou aumento de R\$ 148,2 milhões ou 24,4%. Este desempenho é atribuído substancialmente ao crescimento da receita líquida, de 33,5%, superior ao crescimento do CPV, de 11,3%, e à variação de R\$ 141,7 milhões no valor justo do ativo biológico.



O lucro bruto representou 52,1% e 55,9% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2022 e 2021, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas operacionais com atividades de apoio para a comercialização da produção da Companhia.

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 foram de R\$ 100,9 milhões comparativamente a R\$ 72,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2021, o que representou aumento de R\$ 28,2 milhões ou 38,8%. As despesas gerais e administrativas representaram 7,0% e 6,7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2022 e 2021, respectivamente. O aumento está relacionado, em grande parte, ao aumento de despesas tributárias e serviços de terceiros. O acréscimo nas vendas no mercado interno em comparação com a safra anterior resultou no aumento do pagamento da taxa de “Antecipação” e do Protege sobre os incentivos fiscais Produzir e Fomentar. Os gastos em serviços com terceiros formam substancialmente acrescidos por renovações de licenças de softwares e gastos com consultorias e licenciamentos ambientais em áreas de expansão de lavoura de cana de açúcar e áreas de irrigação.

Despesas com vendas

Despesas com vendas correspondem às despesas necessárias para a comercialização da produção da Companhia, tais como fretes, comissões, despesas portuárias, custos com pessoal e serviços prestados.

Despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 foi de R\$ 99,3 milhões comparativamente a R\$ 103,5 milhões no exercício social encerrado em 2021, o que representou redução de R\$ 4,2 milhões ou 4,1%. A redução é explicada pelo menor volume exportado, o que reduziu as despesas de frete entre a usina e o Porto de Santos e comissões. As despesas com vendas representaram 6,9% e 9,5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2022 e 2021, respectivamente

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Outras receitas operacionais líquidas incluem receitas com incentivos fiscais, sinistros, alienação de ativos e despesas com baixa de investimentos e de bens alienados.

Outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 totalizaram R\$ 172,6 milhões, comparativamente a R\$ 85,4 milhões no exercício anterior. O aumento de R\$ 87,2 milhões, ou 102,1%, refere-se, principalmente, aos incentivos fiscais que os quais a Companhia faz jus por estar localizada no Estado de Goiás, a saber: (i) Produzir, no total de R\$ 82,0 milhões; (ii) Fomentar, no total de R\$ 48,0 milhões, e; (ii) crédito outorgado sobre o etanol anidro, no total de R\$ 23,3 milhões. O aumento em relação ao mesmo período do ano anterior se deve à maior receita com vendas no mercado interno, que são responsáveis por gerar os créditos fiscais mencionados.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido inclui as receitas com juros de aplicações financeiras e despesas de juros de empréstimos e financiamentos, variação cambial ativa e passiva e operações de hedge.

Resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 foi de despesa financeira líquida no montante de R\$ 298,3 milhões comparativamente a despesa financeira líquida de R\$ 306,9 milhões no exercício anterior, o que representou variação de R\$ 8,6 milhões ou 2,8%. Esta redução decorre do resultado das despesas nas operações com hedge de R\$ 200,9 milhões no período encerrado em 31 de março de 2022. As



despesas financeiras líquidas representaram 20,6% e 28,3% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2022 e 2021, respectivamente.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 foi de R\$ 453,6 milhões comparativamente a R\$ 212,8 milhões no exercício anterior, o que representou aumento de R\$ 240,8 milhões ou 113,2%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento da receita no montante de R\$ 363,7 milhões e ao ajuste positivo no valor justo do ativo biológico da Companhia de R\$ 35,5 milhões no período. O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 31,3% e 19,6% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 e 2021, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 foi de R\$ 65,7 milhões comparativamente ao crédito gerado de R\$ 42,9 milhões no exercício anterior, o que representou aumento de R\$ 22,8 milhões. A variação atribuída substancialmente ao reconhecimento de provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social provisionados sobre a variação do valor justo do ativo biológico, que resultou em receita de R\$ 35,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2022. No exercício social encerrado em 31 de março de 2021, a variação do valor justo do ativo biológico foi uma receita de R\$ 177,2 milhões.

Lucro Líquido

Lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de março de 2022 foi de R\$ 387,9 milhões comparativamente a R\$ 170,4 milhões no mesmo período de 2021, o que representou incremento de R\$ 217,5 milhões ou 127,6%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento da receita no montante de R\$ 363,7 milhões e ao valor justo do ativo biológico da Companhia de R\$ 35,5 milhões no período. O lucro líquido representou 26,8% e 15,7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 30 de março de 2022 e 2021, respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020

Receita operacional líquida

A receita operacional bruta da Companhia é resultado da soma das vendas de seus produtos etanol, açúcar, açúcar orgânico, soja, saneantes, derivados de levedura, borracha natural e outras vendas.

A receita operacional líquida da Companhia e de suas controladas é composta pela receita operacional bruta deduzida dos impostos sobre as vendas e devoluções.

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 1.085,4 milhões comparativamente a R\$ 888,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, o que representou aumento de R\$ 196,9 milhões ou 22,2%. Este aumento é atribuído a adoção da estratégia de estocar etanol na safra e concentrar a venda para exportações com a apreciação do dólar, a qual mostrou-se uma estratégia assertiva de comercialização na entressafra. Além disso, os preços na entressafra foram superiores aos da safra, o que possibilitou a Companhia vender o etanol estocado, fechando o ano praticamente com o mesmo estoque de passagem da safra anterior.



Custo do Produto Vendido - CPV

O Custo do Produto Vendido mensura as despesas diretamente associadas ao processo de produção dos produtos comercializados pela Companhia, sendo composto, principalmente, pelo custo da matéria-prima e mão de obra.

CPV no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 655,5 milhões comparativamente a R\$ 578,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, o que representou aumento de R\$ 76,8 milhões ou 13,3%. Este aumento é atribuído substancialmente ao maior volume de produtos comercializados no exercício.

Ativo Biológico

Os ativos biológicos são seres vivos, como a cana-de-açúcar, que, após o processo de colheita, tornam-se produtos agrícolas, devendo ser aplicada sobre eles uma avaliação de valor justo. A avaliação a valor justo é realizada trimestralmente, sendo gerada por modelos técnicos baseados em informações próprias da Companhia e observações de mercado. No exercício social encerrado em 31 de março de 2021, houve uma receita no valor justo do ativo biológico de R\$ 177,2 milhões versus uma despesa de R\$ 36,7 milhões em 31 de março de 2020, o que corresponde a uma variação de R\$ 213,9 milhões entre os exercícios. A variação no valor justo do ativo biológico a cada período ocorre em função da variação das expectativas da Companhia para os custos e despesas de produção, baseadas no histórico destes números e inflação projetada, e projeções de preço de preços futuros de comercialização, baseadas em expectativas da área comercial da Companhia e preços negociados no mercado futuro de açúcar e etanol.

Lucro bruto

O Lucro Bruto consiste no total da receita líquida deduzido do custo do produto vendido, somado à variação no valor justo do ativo biológico.

O Lucro Bruto no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 607,1 milhões comparativamente a R\$ 273,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, o que representou aumento de R\$ 334,0 milhões ou 2,2 vezes. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento da receita líquida, de 22,2%, superior ao crescimento CPV, de 13,3%, e à variação de R\$213,9 milhões no valor justo do ativo biológico.

O lucro bruto representou 55,9% e 30,7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas operacionais com atividades de apoio para a comercialização da produção da Companhia.

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foram de R\$ 72,7 milhões comparativamente a R\$ 73,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2020, o que representou redução de R\$ 1,0 milhão ou 1,4%. As despesas gerais e administrativas representaram 6,7% e 8,3% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Despesas com vendas

Despesas com vendas correspondem às despesas necessárias para a comercialização da produção da Companhia, tais como fretes, comissões, despesas portuárias, custos com pessoal e serviços prestados.



Despesas com vendas no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 103,5 milhões comparativamente a R\$ 66,5 milhões no exercício social encerrado em 2020, o que representou aumento de R\$37,0 milhões ou 55,6%. Este aumento é atribuído substancialmente ao maior volume de comercialização de açúcar, principalmente o orgânico para exportação, que reflete no aumento das despesas com fretes entre a usina e o Porto de Santos e comissões. As despesas com vendas representaram 9,5% e 7,5% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Outras receitas operacionais líquidas incluem receitas com incentivos fiscais, sinistros, alienação de ativos e despesas com baixa de investimentos e de bens alienados.

Outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 totalizaram R\$ 85,4 milhões, comparativamente a R\$105,0 milhões no exercício anterior. A redução de R\$ 19,6 milhões, ou 18,7%, refere-se, principalmente, aos incentivos fiscais que os quais a Companhia faz jus por estar localizada no Estado de Goiás, a saber: (i) Produzir, no total de R\$ 44,0 milhões; (ii) Fomentar, no total de R\$ 27,3 milhões, e; (ii) crédito outorgado sobre o etanol anidro, no total de R\$ 6,1 milhões. Considera-se, também, a receita obtida com a venda de Cbios. A redução em relação ao mesmo período do ano anterior se deve à menor receita com vendas no mercado interno, que são responsáveis por gerar os créditos fiscais mencionados.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido inclui as receitas com juros de aplicações financeiras e despesas de juros de empréstimos e financiamentos, variação cambial ativa e passiva e operações de hedge.

Resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de março de 2020 foi de despesa financeira líquida no montante de R\$ 306,9 milhões comparativamente a despesa financeira líquida de R\$ 188,5 milhões no exercício anterior, o que representou variação de R\$ 118,4 milhões ou 62,8%. Este aumento decorre do resultado das despesas nas operações com hedge de R\$ 185,9 milhões no período encerrado em 31 de março de 2021. As despesas financeiras líquidas representaram 28,3% e 21,1% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 212,8 milhões comparativamente a R\$57,9 milhões no exercício anterior, o que representou aumento de R\$ 154,9 milhões ou 3,7 vezes. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento da receita no montante de R\$ 196,9 milhões e ao ajuste positivo no valor justo do ativo biológico da Companhia de R\$ 177,2 milhões no período. O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 19,6% e 6,5% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 42,9 milhões comparativamente ao crédito gerado de R\$ 18,6 milhões no exercício anterior, o que representou aumento de R\$ 61,6 milhões. A variação atribuída substancialmente ao reconhecimento de provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social provisionados sobre a variação do valor justo do ativo biológico, que resultou em receita de R\$ 177,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2021. No exercício social encerrado em 31 de março de 2020, a variação do valor justo do ativo biológico foi uma despesa de R\$36,7 milhões.



Lucro Líquido

Lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de março de 2021 foi de R\$ 170,4 milhões comparativamente a R\$76,5 milhões no mesmo período de 2020, o que representou aumento de R\$ 93,9 milhões ou 2,2 vezes. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento da receita no montante de R\$196,9 milhões e ao valor justo do ativo biológico da Companhia de R\$ 177,2 milhões no período. O lucro líquido representou 15,7% e 8,6% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 30 de março de 2021 e 2020, respectivamente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R\$ milhões, exceto %)	31/03/2022	Análise Vertical	31/03/2021	Análise Vertical	31/03/2020	Análise Vertical	2022 x 2021	2021 x 2020
ATIVO								
Circulante	1.996,5	47,0%	1.770,2	51,1%	805,0	31,6%	12,8%	119,9%
Caixa e equivalentes de caixa	1.242,7	29,2%	1.194,1	34,5%	389,1	15,3%	4,1%	206,9%
Caixa restrito	57,8	1,4%	26,6	0,8%	29,9	1,2%	117,3%	-11,0%
Contas a receber e outros recebíveis	45,2	1,1%	36,5	1,1%	44,0	1,7%	23,8%	-17,0%
Estoques	131,6	3,1%	76,6	2,2%	69,9	2,7%	71,8%	9,6%
Adiantamento a fornecedores	1,1	0,0%	14,1	0,4%	13,1	0,5%	-92,2%	7,6%
Ativos biológicos	433,0	10,2%	369,9	10,7%	186,9	7,3%	17,1%	97,9%
Impostos e contribuições a recuperar	24,0	0,6%	36,5	1,1%	39,3	1,5%	-34,2%	-7,1%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14,5	0,3%	6,3	0,2%	1,0	0,0%	130,2%	530,0%
Instrumentos financeiros derivativos	33,8	0,8%	6,9	0,2%	31,9	1,3%	389,9%	-78,4%
Dividendos a receber	8,5	0,2%	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	4,5	0,1%	2,6	0,1%	-	-	73,1%	-
Não Circulante	2.253,4	53,0%	1.690,9	48,9%	1.739,5	68,4%	33,3%	-2,8%
Caixa restrito	1,1	0,0%	1,7	0,0%	16,3	0,6%	-35,3%	-89,6%
Contas a receber e outros recebíveis	0,6	0,0%	-	-	3,2	0,1%	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	97,4	2,3%	24,7	0,7%	-	-	294,3%	-
Depósitos judiciais	103,2	2,4%	87,2	2,5%	52,2	2,1%	18,3%	67,0%
Impostos e contribuições a recuperar	9,3	0,2%	6,5	0,2%	34,4	1,4%	43,1%	-81,1%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	-	-	-	-	3,2	0,1%	-	-
Investimentos	100,0	2,4%	101,9	2,9%	132,2	5,2%	-1,9%	-22,9%
Imobilizado	1.200,1	28,2%	952,5	27,5%	1.009,8	39,7%	26,0%	-5,7%
Direitos de uso	733,9	17,3%	507,2	14,7%	478,2	18,8%	44,7%	6,1%
Intangível	7,8	0,2%	9,1	0,3%	10,1	0,4%	-14,3%	-9,9%
Total do Ativo	4.249,9	100,0%	3.461,1	100,0%	2.544,4	100,0%	22,8%	36,0%



(em R\$ milhões, exceto %)	31/03/2022	Análise Vertical	31/03/2021	Análise Vertical	31/03/2020	Análise Vertical	2022 x 2021	2021 x 2020
PASSIVO								
Circulante	736,0	17,3%	685,6	19,8%	371,7	14,6%	7,4%	84,4%
Empréstimos e financiamentos	296,5	7,0%	427,7	12,4%	211,5	8,3%	-30,7%	102,2%
Parcerias agrícolas a pagar	50,8	1,2%	53,7	1,6%	45,8	1,8%	-5,4%	17,2%
Fornecedores e outras contas a pagar	122,1	2,9%	43,0	1,2%	36,8	1,4%	184,0%	16,8%
Instrumentos financeiros derivativos	156,0	3,7%	105,1	3,0%	36,9	1,5%	48,4%	184,8%
Provisões e encargos trabalhistas	24,0	0,6%	20,9	0,6%	19,9	0,8%	14,8%	5,0%
Obrigações fiscais	13,3	0,3%	12,5	0,4%	7,8	0,3%	6,4%	60,3%
Dividendos a pagar	52,4	1,2%	10,8	0,3%	-	-	385,2%	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1,1	0,0%	0,7	0,0%	0,7	0,0%	57,1%	0,0%
Adiantamento de clientes	19,7	0,5%	11,2	0,3%	12,3	0,5%	75,9%	-8,9%
Passivo não circulante	2.125,1	50,0%	1.639,5	47,4%	1.571,6	61,8%	29,6%	4,3%
Empréstimos e financiamentos	1.152,0	27,1%	993,0	28,7%	1.073,9	42,2%	16,0%	-7,5%
Parcerias agrícolas a pagar	658,5	15,5%	453,5	13,1%	401,1	15,8%	45,2%	13,1%
Instrumentos financeiros derivativos	124,1	2,9%	62,5	1,8%	-	-	98,6%	-
Impostos de renda e contribuição social diferidos	157,4	3,7%	95,7	2,8%	81,5	3,2%	64,5%	17,4%
Obrigações fiscais	7,4	0,2%	10,5	0,3%	5,8	0,2%	-29,5%	81,0%
Fornecedores e outras contas a pagar	0,4	0,0%	0,5	0,0%	1,4	0,1%	-20,0%	-64,3%
Provisões para contingências	25,3	0,6%	23,6	0,7%	7,9	0,3%	7,2%	198,7%
Patrimônio líquido	1.388,7	32,7%	1.136,0	32,8%	601,2	23,6%	22,2%	89,0%
Capital social	982,1	23,1%	989,0	28,6%	456,2	17,9%	-0,7%	116,8%
Reservas de lucros	392,1	9,2%	101,2	2,9%	77,9	3,1%	287,5%	29,9%
Ajustes de avaliação patrimonial	14,5	0,3%	15,7	0,5%	67,1	2,6%	-7,6%	-76,6%
Dividendos adicionais propostos	-	-	30,1	0,9%	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	4.249,9	100,0%	3.461,1	100,0%	2.544,4	100,0%	22,8%	36,0%



COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE MARÇO DE 2021

Ativo circulante

Em 31 de março de 2022, o ativo circulante era de R\$ 1.996,5 milhões em comparação com R\$ 1.770,2 milhões em 31 de março de 2021. Este aumento, de R\$ 226,3 milhões ou 12,8%, decorreu basicamente do aumento nas contas de caixa e equivalentes de caixa em função da entrada de R\$ 451,0 milhões da emissão de debentures, realizada em novembro de 2021 e financeiramente liquidada em janeiro de 2022, e do Fluxo de Caixa Livre das atividades gerado no exercício. Também contribuíram para o aumento os incrementos no estoque e ativos biológicos. Dessa forma, o ativo circulante representava 47,0% do ativo total em 30 de março de 2022 e 51,1% em 31 de março de 2021.

Ativo não circulante

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022, o ativo não circulante era de R\$ 2.253,4 milhões, em comparação com R\$ 1.690,9 milhões em 31 de março de 2021. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 53,0% em 31 de março de 2022 e 48,9% em 31 de março de 2021. Este aumento, de R\$ 562,5 milhões ou 33,3%, decorreu do incremento em instrumento financeiros derivativos, do ativo imobilizado explicados pelos investimentos de expansão e melhorias realizados no exercício e direitos de uso de contratos de arrendamentos.

Passivo circulante

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022, o passivo circulante era de R\$ 736,0 milhões, em comparação com R\$ 685,6 milhões em 31 de março de 2021. Este aumento, de R\$ 50,4 milhões ou 7,4%, ocorreu principalmente em função do: (a) aumento de R\$ 79,1 milhões em fornecedores e outras contas a pagar; (b) Adição de R\$ 50,9 milhões na conta instrumentos financeiros derivativos; (c) Acréscimo de R\$ 41,6 milhões na conta dividendos a pagar; (d) Aumento de R\$ 8,5 milhões referente a adiantamentos de clientes. O aumento em fornecedores e outras contas a pagar está relacionado com a elevação estratégica nos níveis de estoque de insumos visando a manutenção das atividades durante a safra e a minimização da escassez de insumos enfrentada mundialmente.

Adicionalmente, em linha com o plano de expansão de capacidade das unidades industriais, o saldo de fornecedores relacionados a aquisição de imobilizado teve aumento de R\$ 65.496, principalmente em função de aquisição de nova caldeira para a Unidade Otávio Lage e equipamentos de irrigação que dependem de medições de para liquidação financeira, além de parcelas não vencidas referentes a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.

Tais movimentações foram parcialmente compensadas pela redução de R\$ 131,1 milhões em empréstimos e financiamentos que, devido a captação de R\$ 451 milhões na emissão de debentures realizada em novembro de 2021, alongou o perfil de endividamento da Companhia.

Passivo não circulante

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022, o passivo não circulante era de R\$ 2.125,1 milhões, em comparação com R\$ 1.639,5 milhões em 31 de março de 2021. Em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 50,0% em 31 de março de 2022 e 47,4% em 31 de março de 2021. Este aumento, de R\$ 485,6 milhões ou 29,6%, decorreu substancialmente do alongamento de empréstimos e financiamentos após a emissão de debentures em novembro de 2021, acréscimo de arrendamentos a pagar e aumento de instrumentos financeiros derivativos e de obrigações fiscais.



Patrimônio líquido

No exercício social encerrado em 31 de março de 2022, o patrimônio líquido era de R\$ 1.388,7 milhões, em comparação com R\$ 1.136,0 milhões em 31 de março de 2021. Este aumento, de R\$ 252,7 milhões ou 22,2%, explicado, em grande parte, pelo aumento na conta reserva de lucros.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE MARÇO DE 2020

Ativo circulante

Em 31 de março de 2021, o ativo circulante era de R\$ 1.770,2 milhões em comparação com R\$ 805,0 milhões em 31 de março de 2020. Este aumento, de R\$ 965,2 milhões ou 119,9%, decorreu basicamente do aumento nas contas de caixa e equivalentes de caixa em função da entrada de R\$ 519,8 milhões líquidos da Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia, realizada em fevereiro de 2021, e do Fluxo de Caixa Livre das atividades gerado no exercício. Dessa forma, o ativo circulante representava 51,1% do ativo total em 30 de março de 2021 e 31,6% em 31 de março de 2020.

Ativo não circulante

No exercício social encerrado em 31 de março de 2021, o ativo não circulante era de R\$ 1.690,6 milhões, em comparação com R\$ 1.739,5 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 48,9% em 31 de março de 2021 e 68,4% em 31 de março de 2020. Esta redução, de R\$ 48,6 milhões ou 2,8%, decorreu da movimentação de caixa restrito reclassificados para o ativo circulante devido a possibilidade de os resgates ocorrerem a curto prazo e a realização do ativo imobilizado e direitos de uso de contratos de arrendamentos pela depreciação incorrida no exercício.

Passivo circulante

No exercício social encerrado em 31 de março de 2021, o passivo circulante era de R\$ 685,6 milhões, em comparação com R\$ 371,7 milhões em 31 de março de 2020. Este aumento, de R\$ 313,9 milhões ou 84,4%, ocorreu principalmente em função: (a) da movimentação de parcelas de operações com Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e outras modalidades de empréstimos e financiamentos do passivo não circulante para o passivo circulante em função das datas de vencimentos dentro do período de doze meses; (b) da sazonalidade da operação, tendo em vista que no período de safra há aumento das obrigações com fornecedores de insumos e serviços relacionados ao processo agroindustrial, havendo aumento de R\$6,2 milhões na conta de fornecedores e outras contas a pagar em 31 de março de 2021; e (c) do aumento de R\$ 68,2 milhões no MTM de instrumentos financeiros de hedge devido à desvalorização cambial e ao aumento do preço do açúcar. Por conta disso, o passivo circulante era de 19,8% em relação ao total do passivo e patrimônio líquido em 31 de março de 2021 e 14,6% em 31 de março de 2020.

Passivo não circulante

No exercício social encerrado em 31 de março de 2021, o passivo não circulante era de R\$ 1.639,5 milhões, em comparação com R\$ 1.571,6 milhões em 31 de março de 2020. Em relação ao total do passivo e do patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 47,4% em 31 de março de 2020 e 61,8% em 31 de março de 2020. Este aumento, de R\$ 67,9 milhões ou 4,3%, decorreu substancialmente do aumento das obrigações fiscais e provisões para contingências.



Patrimônio líquido

No exercício social encerrado em 31 de março de 2021, o patrimônio líquido era de R\$ 1.136,0 milhões, em comparação com R\$ 601,2 milhões em 31 de março de 2020. Este aumento, de R\$ 534,8 milhões ou 89,0%, decorreu substancialmente do aumento do capital social da Companhia no período, após a conclusão da Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ milhões)	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2020
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	645,9	510,4	399,9
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(411,6)	(238,3)	(241,9)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento	(185,7)	532,9	(112,3)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	48,6	805,0	45,7

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 645,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2022, comparado a R\$ 510,4 milhões em 31 de março de 2021. Esse aumento de R\$ 135,5 milhões, ou 26,5%, é justificado principalmente pelo maior faturamento na comercialização dos produtos pela melhora dos preços de açúcar e etanol.

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 411,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2022, comparado a R\$ 238,3 milhões em 31 de março de 2021. Esse aumento de R\$ 173,3 milhões, ou 72,7%, é justificada basicamente pela aquisição de ativo imobilizado dado o plano de investimento da Companhia.

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$ 185,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2022, comparado a R\$ 532,9 milhões de caixa gerado no exercício social encerrado em 31 de março de 2021. Essa variação de R\$ 718,6 milhões é justificada substancialmente pelo fato de que no exercício anterior foi contabilizada a integralização dos recursos provenientes da abertura de capital da Companhia.



EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2020

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 510,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2021, comparado a R\$ 399,9 milhões em 31 de março de 2020. Esse aumento de R\$ 110,5 milhões, ou 27,6%, é justificado principalmente pelo fato de que no primeiro semestre da safra encerrada em 31 de março de 2021, grande parcela das vendas foram realizadas para o mercado externo, estando sujeitas, portanto, a menor tributação, impactando positivamente o resultado operacional da Companhia.

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 238,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2021, comparado a R\$ 241,9 milhões em 31 de março de 2020. Essa redução de R\$ 3,6 milhões, ou 1,5%, é justificada basicamente pelo recebimento de valores correspondentes à redução de capital em sociedade investida pela Companhia, dividendos, e recursos por venda de imobilizado, correspondendo ao montante de R\$7,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2021.

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 532,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2021, comparado a R\$ 112,3 milhões de caixa consumido no exercício social encerrado em 31 de março de 2020. Essa variação de R\$ 645,2 milhões é justificada pelo aumento das captações de empréstimos e financiamentos em R\$ 57,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de março de 2021, a integralização de capital de R\$ 552,8 milhões no âmbito da Oferta Pública Inicial de Ações da Companhia, compensado pelo custo de emissão das ações de R\$ 32,9 milhões e o pagamento de dividendos no valor de R\$ 16,0 milhões.



10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2022, 2021 e 2020 estão concentradas na comercialização, no mercado nacional e internacional, de (i) etanol anidro e hidratado carburantes, (i) açúcar branco, orgânico e VHP, (iii) saneantes, (iv) látex, (v) levedura seca e (vi) soja. Sendo este último produto da rotação de cultura com a cana-de-açúcar. O principal componente da receita de exportação é o açúcar orgânico.

O quadro a seguir demonstra a receita bruta consolidada por grupo de produtos nos exercícios findos em 31 de março de 2022, 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020 nas safras 2019/2020, 2020/2021 e 2021/2022:

R\$ milhões	12 meses 2022	12 meses 2021	12 meses 2020
Etanol	756,7	461,4	570,1
Açúcar branco	553,5	348,5	198,6
Açúcar orgânico	198,2	273,8	223,1
Açúcar VHP	27,4	45,8	21,4
Soja	3,8	1,0	1,0
Energia elétrica (a)	-	-	-
Saneantes	157,4	127,8	61,5
Derivados de levedura	6,4	8,6	8,9
Borracha Natural	-	-	-
CBIOS	20,7	4,6	-
Outras vendas	3,9	3,5	3,0
Receita Bruta	1.727,9	1.275,0	1.087,6

A tabela a seguir exibe a abertura da receita bruta entre mercado interno e externo

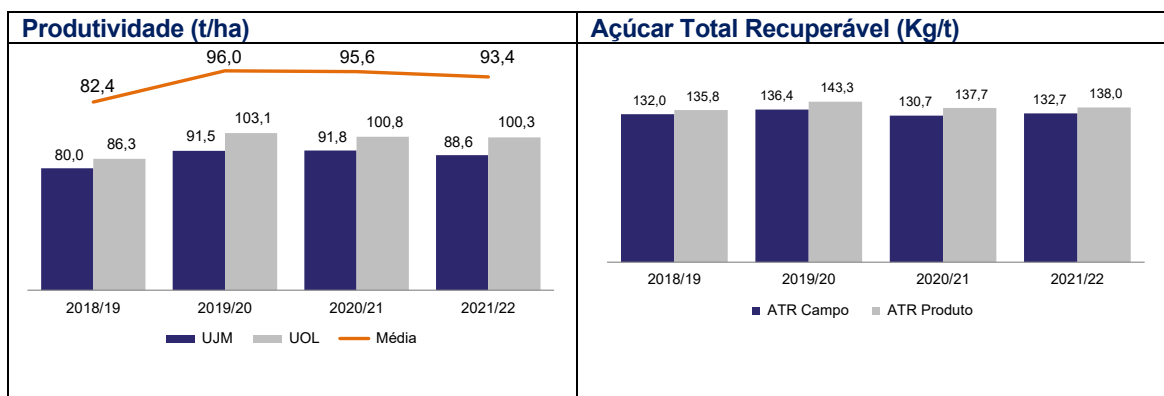
R\$ milhões	12 meses 2022	12 meses 2021	12 meses 2020
Mercado Interno	1.524,6	931,1	863,1
Mercado Externo	203,3	343,9	224,5
Receita Bruta	1.727,9	1.275,0	1.087,6
%	12 meses 2022	12 meses 2021	12 meses 2020
Mercado Interno	88,2%	79,4%	72,8%
Mercado Externo	11,8%	20,6%	27,2%
Total	100%	100%	100%



(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Mesmo com irrigação que cobre 56,1%, ou 38,9 mil hectares do total de 68.523,0 hectares de área de cana-de-açúcar, os resultados das operações da Companhia são diretamente influenciados pelos fatores edafoclimáticos das regiões onde estão localizados os canaviais da Companhia, tais como o clima, o relevo, a litologia, a temperatura, a umidade do ar, a radiação, o tipo de solo, o vento, a composição atmosférica e a precipitação pluvial.

Os gráficos a seguir demonstram a produtividade do canavial da Companhia e o ATR da matéria prima nas últimas cinco safras:



(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Fatores tais quais (i) modificações de preços, (ii) taxas de câmbio, (iii) alterações de volumes e (iv) introdução de novos produtos e serviços também podem impactar as receitas da Companhia.

As modificações nos preços dos produtos comercializados causam impacto direto nas receitas da Companhia. Considerando o setor de atuação da Companhia, é possível depreender que os preços por ela praticados e observados possuem importante correlação com os preços das commodities. Com efeito, parte relevante dos produtos comercializados estão expostos às variações e modificações nos preços das commodities, correspondendo a 78,8%, 67,5% e 72,5% da receita bruta da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022, 2021 e 2020, respectivamente.

É importante também destacar, a este respeito, que, o preço do etanol está correlacionado ao preço do açúcar, tendo em vista que a maior parte dos produtores brasileiros de açúcar são também produtores de etanol com capacidade de alterar o seu mix de produção de açúcar versus etanol, conforme a demanda de mercado por estes produtos. Logo, variações nos preços de etanol ou de açúcar com base na demanda específica dos mercados interno e externo por tais produtos podem gerar efeitos importantes na produção e, conseqüentemente, na oferta destes produtos, sendo, a depender da flexibilidade de mix de produção da Companhia, fatores que podem influenciar positivamente ou negativamente as receitas da Companhia. Além disso, em particular no Brasil, devido ao modelo de matriz energética adotado pelo Governo Federal, o preço do etanol é influenciado também pelo preço do petróleo, uma vez que o etanol é uma fonte de energia alternativa utilizada como combustível em automóveis no país. Assim, flutuações do preço do petróleo podem influenciar o preço etanol, e indiretamente o preço do açúcar.



Vale notar que a partir da implementação, pela Petrobras, em abril de 2017, de uma política de preços baseada nas cotações internacionais, a correlação entre o preço do etanol e gasolina passou a ser significativa.

Por sua vez, tendo em vista que a Companhia realiza exportações de açúcar e etanol, variações na taxa de câmbio tendem a impactar diretamente a receita bruta auferida pela Companhia. Nesse contexto, vale ressaltar que, nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022, 2021 e 2020, respectivamente, a receita bruta auferida a partir da exportação de açúcar e etanol totalizou 27,0% e 20,6% da receita bruta total da Companhia, conforme evidenciado abaixo:

	31/03/2022		31/03/2021		31/03/2020	
	12 meses		12 meses		12 meses	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Mercado Interno	1.524,6	88,2%	931,1	73,0%	863,1	79,4%
Mercado Externo	203,3	11,8%	343,9	27,0%	224,5	20,6%
Receita Bruta	1.275,0	100,0%	1.275,0	100,0%	1.087,6	100,0%

Sendo assim, para melhor explicitar o impacto das taxas de câmbio na receita bruta da Companhia, vide tabela a seguir:

	2022⁽¹⁾	2021⁽¹⁾	2022 x 2021	2020⁽¹⁾	2021 x 2020
Taxa de Câmbio⁽²⁾					
Reais/Dólares dos Estados Unidos	4,738	5,408	-12,4%	3,90	31,4%
Receita Bruta (R\$ milhões)	1.727,9	1.275,0	35,5%	908,3	17,2%
⁽¹⁾ Referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de março do respectivo ano.					
⁽²⁾ Taxa de câmbio PTAX publicada pelo Banco Central do Brasil na data de encerramento de cada exercício social.					

Historicamente, as receitas da Companhia não sofrem impacto relevante da inflação. No entanto, como destacado no item 10.2.(c) abaixo, o resultado operacional da Companhia pode ser afetado por variações nos índices de inflação, tendo em vista que determinados serviços contratados pela Companhia têm seus valores contratuais reajustados periodicamente por indexadores como o IGP- M e o IPC-A, principalmente as despesas com pessoal, como salários, encargos e benefícios.

A maior parte dos produtos industrializados e comercializados pela Companhia são derivados da cana de açúcar, sendo assim a disponibilidade dessa matéria prima impacta diretamente o volume de produtos a ser ofertado por exercício. O clima é fator determinante para o cultivo de cana de açúcar, então a depender da quantidade e distribuição das chuvas ao decorrer da safra, o volume de cana produzido, e por consequência a quantidade de produtos para venda, pode ser maior ou menor resultando em impactos diretos no faturamento da Companhia sendo positivo em caso de maior volume de cana e negativo em caso de redução da produção. A Companhia não trabalha com contratos de venda de longo prazo, dessa forma os impactos em caso de menor volume de produção recaem apenas na redução da receita da Companhia, não ocasionando multas e obrigações de entregas futuras. Para maior referência, apresentamos abaixo dados acerca do volume de cana produzido em relação à receita bruta da Companhia nos últimos 3 (três) exercícios sociais:



	2022 ⁽¹⁾	2021 ⁽¹⁾	2021x2022	2020 ⁽¹⁾	2020x2021
Volume de Cana Processada (mil ton.)	5.357,4	5.295,7	1,2%	5.109,4	3,6%
Receita Bruta (R\$ milhões)	1.727,9	1.275,0	35,5%	1.087,6	17,2%
(1) Referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de março do respectivo ano.					

A introdução de novos produtos pode afetar a receita da Companhia a depender do enquadramento no perfil de commodity ou não commodity, sendo classificados como tal todos os produtos comercializados pela Companhia, com exceção das commodities açúcar branco e etanol. Pelo fato do preço dos produtos não commodities ser formado baseado principalmente pela relação oferta/demanda e não possuir correlação de preços com o mercado de commodities, a comercialização de produtos de tal espécie tende a manter maior estabilidade das receitas, mitigando os impactos das oscilações dos preços das commodities. Visando manter sua resiliência e menor dependência dos preços das commodities, a Companhia foca na comercialização e na introdução em seu portfólio de produtos não commodities, como açúcar orgânico e saneantes.

Para referência, o faturamento dos produtos não commodities teve um CAGR de 11,1% nos períodos entre os fechamentos de 31 de março de 2020 e de 31 de março de 2022. Tais produtos correspondem a 21,2% da receita bruta da Companhia auferida no período de 12 (meses) meses encerrado em 31 de março de 2022.

Por sua vez, o faturamento dos produtos commodities teve um CAGR de 31,2% entre os fechamentos de 31 de março de 2020 e de 31 de março de 2022. Tais produtos correspondem a 78,8% da receita bruta da Companhia auferida no período de 12 (meses) meses encerrado em 31 de março de 2022.

(c) *Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.*

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado por mudanças no cenário econômico, como alterações nas taxas de juros de curto e longo prazos, índices de inflação e política cambial.

Determinados serviços utilizados têm seus valores contratuais reajustados periodicamente por indexadores como o IGP-M e o IPC-A, principalmente as despesas com pessoal, como salários, encargos e benefícios. O crescimento da inflação poderá (i) impactar negativamente o resultado operacional caso não seja possível repassar para o preço final dos produtos comercializados o aumento dos custos ocorridos em detrimento de tal variação, e (ii) reduzir o volume de novos investimentos devido ao aumento no custo de captação e depreciação do cenário macroeconômico.

Os custos de aquisição de determinados insumos e equipamentos utilizados ao longo do processo produtivo, como preparo de solo, plantio, trato cultural, corte, carregamento e transporte da cana e industrialização da matéria prima, sofrem influência direta ou indireta da inflação e da variação cambial, influenciando no resultado operacional da Companhia. A variação de preços dos insumos poderá impactar negativamente os resultados operacionais caso não ocorra o repasse do aumento nos custos ao consumidor. Nossos custos de aquisição de insumos são impactados pela variação de preços internacionais devido a variações na taxa de câmbio e no balanço entre oferta e demanda mundial. As oscilações das taxas de juros não impactam diretamente os custos operacionais da Companhia, conforme pode ser verificado abaixo:



R\$ milhões (exceto %)	2022 ⁽¹⁾	2021 ⁽¹⁾	2020 ⁽¹⁾	2022 x 2021	2021 x 2020
Ativos Biológicos	189,9	160,4	151,7	8%	6%
Matéria Prima/ Insumos	80,7	56,2	41,7	44%	35%
IPCA ⁽²⁾	8,06%	6,10%	4,50%	2,0 p.p.	1,6 p.p.
CDI (3)	6,45%	2,50%	2,80%	4,0 p.p.	-0,3 p.p.
TJLP ⁽⁴⁾	6,08%	4,40%	4,80%	1,7 p.p.	-0,4 p.p.
(1) Referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de março do respectivo ano.					
(2) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo publicado pelo Ipea Data na data de encerramento de cada exercício social.					
(3) Certificado de Depósito Interbancário publicado pelo Ipea Data na data de encerramento de cada exercício social.					
(4) Taxa de juros de longo prazo publicado pelo Ipea Data na data de encerramento de cada exercício social.					

Em relação ao resultado financeiro, os indexadores dos contratos de financiamento são, principalmente o IPCA, o CDI, a Libor, a Selic e a TLP, que no encerramento de março de 2022 indexavam, respectivamente, 50,9%, 29,8%, 13,5%, 4,6% e 0,7% dos contratos de financiamento. O resultado financeiro está sujeito à variação em quaisquer destes indexadores, à variação cambial relacionada à parcela da dívida em Dólares norte-americanos, que no mesmo período representava 13,7% da dívida bruta da Companhia e nos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção cambial.

A Companhia possuía, em 31 de março de 2022, passivos a vencer no montante de US\$ 45,7 milhões, com ativos no total de US\$ 30,7 milhões, valor este que contempla saldo de caixa em dólar, NDFs - *non deliverable forward* - de dólar e açúcar e contratos de açúcar orgânico com preço fixado em dólar.

A Companhia não faz uso de Hedge Accounting.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2022, 2021 e 2020, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas na seção 8.1. do Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais



Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento e contratos de parceria agrícola

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos e dos ativos identificados nos contratos de parceria agrícola nas demonstrações financeiras. Como resultado, a Companhia, como arrendatária, e detentora de ativos identificados nos contratos de parceria agrícola, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos que representam sua obrigação de efetuar pagamentos futuros. Os contratos de parceria agrícola foram contabilizados pela sistemática do CPC 06 (R2)/IFRS 16, não obstante tenham natureza diversa de arrendamento.

A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento e parceria rural para a maioria dos contratos.

Efeitos de transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes e não impacta o patrimônio líquido, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para março de 2019 e março de 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R1)/IFRS 16 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

Na transição, para arrendamentos e dos ativos identificados nos contratos de parceria agrícola classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06 (R1)/IFRS 16, os passivos de arrendamento e dos ativos identificados nos contratos de parceria agrícola foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de abril de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, aluguéis de impressoras), bem como de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Companhia descontou os pagamentos do arrendamento e dos ativos identificados nos contratos de parceria rural utilizando a sua taxa incremental de empréstimo em 1º de abril de 2019. A taxa aplicada foi de 8,5% a.a.



Inventário de contratos

Durante o exercício findo em 31 de março de 2020, a Companhia efetuou o inventário dos contratos de arrendamento, de prestação de serviços e de parcerias agrícolas, avaliando se contém, ou não, ativos identificados, e se, com isso, estariam sujeitos à contabilização de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16. Após avaliação e inventário dos contratos, a Jalles Machado S.A. reconheceu novos ativos relacionados aos contratos de: (i) parcerias agrícolas para cultivo de cana-de-açúcar, que apesar da natureza jurídica ser parceria rural na forma do Estatuto da Terra, passaram a ser enquadrados no conceito de direito de uso da norma contábil, totalizaram 199 contratos de parceria; e (ii) aluguel da planta industrial localizada na cidade de Goianésia, no total de 2 contratos.

Interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019 (1º de abril de 2019 para a Jalles Machado), sem efeitos nas demonstrações financeiras

Interpretação IFRIC 23 (ICPC 22) - Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A interpretação aborda a contabilização dos impostos sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afetem a aplicação do IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito do IAS 12, nem inclui especificamente requisitos relativos a juros e penalidades associados a impostos incertos.

A Jalles Machado S.A. analisou decisões tributárias relevantes de tribunais superiores e se estas conflitam de alguma forma com as posições adotadas pela Companhia. Para posições fiscais incertas conhecidas a Companhia revisou as opiniões legais correspondentes e jurisprudências e, não foram identificados impactos a serem registrados.

Não foram identificados efeitos da adoção da interpretação IFRIC 23 (ICPC 22) que afetassem as políticas contábeis da Jalles Machado e essas demonstrações financeiras.

Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Conforme mencionado acima, o CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos e dos ativos identificados nos contratos de parceria agrícola nas demonstrações financeiras. A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento e parceria rural para a maioria dos contratos.

Os quadros abaixo demonstram os efeitos patrimoniais decorrentes de tal alteração nas práticas contábeis da Companhia:



	Consolidado (R\$ mil)		
	Saldo anterior Inicial 01/04/2019	Ajuste adoção inicial IFRS 16/ CPC 06 (R2)	Saldo após Adoção 01/04/2019
Total do ativo circulante	710.236	-	710.236
Direito de uso	-	558.672	558.672
Demais ativos	1.069.039	-	1.069.039
Total do ativo não circulante	1.207.262	558.672	1.765.934
Total do ativo	1.917.498	558.672	2.476.170
Passivo Circulante	272.959	57.797	330.756
Total de passivo circulante	272.959	57.797	330.756
Não circulante	1.117.458	500.875	1.618.333
Total do passivo não circulante	1.117.458	500.875	1.618.333
Patrimônio líquido	527.081	-	527.081
Total do Passivo e Patrimônio líquido	1.917.498	558.672	2.476.170
	Saldo anterior 01/04/2019	Ajuste adoção inicial IFRS 16/ CPC 06 (R2)	Saldo após Adoção Inicial 01/04/2019
Total do ativo circulante	714.421	-	714.421
Direito de uso	-	454.843	454.843
Demais ativos	1.102.651	-	1.102.651
Total do ativo não circulante	1.244.025	454.843	1.698.868
Total do ativo	1.958.446	454.843	2.413.289
Passivo Circulante	284.636	40.185	324.821
Total de passivo não circulante	284.636	40.185	324.821
Não circulante	1.146.729	414.658	1.561.387
Total do passivo não circulante	1.146.729	414.658	1.561.387
Patrimônio líquido	527.081	-	527.081
Total do Passivo e Patrimônio líquido	1.958.446	454.843	2.413.289

b. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022 foi originalmente emitido sem quaisquer ressalvas e/ou ênfases.

10.5 - *Comentários dos Diretores a respeito das políticas contábeis críticas*

Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração da Companhia utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Ativos biológicos

O valor justo do ativo biológico da Companhia representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para este ativo, que é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de



caixa descontados. O ativo biológico deve ser mensurado ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável. As estimativas são baseadas em projeções de custos realizadas pela Companhia com base em informações históricas e de mercado, e projeções de preço futuro de etanol (com base em dados compilados da B3) e do açúcar (com base em dados compilados da Intercontinental Exchange - ICE).

Em conformidade com Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola (IAS 41 – Biological Assets), a razão pela qual a administração da Companhia adota esta política contábil é o seu entendimento de que contabilização pelo valor justo do ativo biológico é a forma mais confiável de mensurar o valor do ativo da Companhia e a que melhor reflete seu valor intrínseco na data de fechamento de cada período.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

O julgamento significativo da administração da Companhia é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

A razão pela qual a administração da Companhia adota esta política contábil é o fato de, no seu entendimento, tal política refletir de forma mais confiável os efeitos fiscais nos resultados da Companhia devido aos ajustes temporais.

Os créditos advindos dos benefícios fiscais adquiridos pela Companhia não compõem a base de lucro tributável, reduzindo o montante a ser efetivamente tributado e resultando em uma alíquota efetiva de pagamento inferior a alíquota de tributação do Imposto de Renda.

Revisão da vida útil do imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. A razão pela qual a administração da Companhia adota esta política contábil é o fato de que, no seu entendimento, tal política reflete adequadamente a vida útil e o valor recuperável dos ativos da Companhia, tendo em vista o grupo e os tipos específicos de ativos possuídos pela Companhia de acordo com os seus negócios.

Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências



disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos. A Administração da Companhia entende que a forma pela qual avalia a probabilidade de perda de processos, conforme descrita acima, fornece subsídios sólidos para a determinação de suas provisões. Com suporte de assessores jurídicos externos da Companhia, as ações são classificadas como perda “provável”, “possível” ou “remota”. Perdas avaliadas como “provável” ou “possível”, são mencionadas nas notas explicativas. Aquelas classificadas como prováveis são contabilizadas em 100% do valor sub judice.

Arrendamentos a pagar e parcerias agrícolas a pagar

A Companhia possui contratos de aluguel do parque industrial e contratos firmados com parceiros agrícolas referente a áreas rurais exploradas em regime de parceria para o cultivo de cana-de-açúcar e que obedecem ao disposto no Estatuto da Terra, os quais passaram a ser contabilizados em conformidade com o conceito da norma contábil CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de abril de 2019.

Ao mensurar os passivos de arrendamento a Companhia desconta os pagamentos de arrendamento utilizando uma taxa de desconto incremental. A determinação da taxa de desconto dos contratos envolve incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste nos saldos de passivos e ativos.

A razão pela qual a administração da Companhia adota esta política contábil é o fato de, no seu entendimento, tal política ser a forma mais adequada de refletir os saldos em aberto de direitos de uso bem como os arrendamentos/parcerias a pagar na data de fechamento dos períodos, tendo em vista que em tal data, os saldos de direito de uso e arrendamentos a pagar de cada contrato tendem a corresponder mais fielmente a situação atual de tais instrumentos.

10.6 - *Comentários dos Diretores acerca dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras*

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia possui diversos acordos no mercado de açúcar e etanol, por meio dos quais se compromete a vender volumes desses produtos em safras futuras. Em 31 de março de 2022, os volumes desses compromissos totalizam 24.096 toneladas de açúcar e 1.344 metros cúbicos de etanol, em comparação com 14.647 toneladas de açúcar e 1.807 metros cúbicos de etanol no exercício anterior. Os preços de comercialização de açúcar VHP seguem o mercado futuro de açúcar, com contratos negociados na Intercontinental Exchange- ICE sob o código NY11, enquanto os preços do açúcar orgânico seguem contratos de curto prazo negociados diretamente entre a



Companhia e seus clientes e o preço do Etanol Anidro é definido baseado no preço do Etanol Hidratado Esalq São Paulo acrescido de prêmio. Os demais produtos do portfólio não são objeto de contratos de venda futura.

iv. Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

10.7 - Comentários dos Diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 10.6 acima, a Companhia possui diversos acordos no mercado de açúcar e etanol, por meio dos quais se compromete a vender volumes desses produtos em safras futuras. No entendimento da administração da Companhia, caso tais compromissos venham a se materializar, a Companhia poderá incorrer em ganhos ou perdas, a depender do patamar de preço de mercado da commodity ou da cana-de-açúcar, na data da liquidação do compromisso em questão, o que poderá vir a alterar suas receitas, despesas, resultados operacionais bem como outros itens de suas demonstrações financeiras.

b. Natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, trata-se de compromissos de compra e venda futura de açúcar e etanol.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, em 31 de março de 2022, os volumes desses compromissos totalizam 24.096 toneladas de açúcar e 1.344 metros cúbicos de etanol, em comparação com 14.647 toneladas de açúcar e 1.807 metros cúbicos de etanol no exercício anterior. É importante ressaltar que o preço a ser praticado em tais compromissos é aferido na data da liquidação.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos



Em 31 de março de 2022, o Capex total da safra, isto é, o total de aquisições de imobilizado realizado para manutenção e crescimento da capacidade produtiva e de estocagem da Companhia foi de R\$ 493.005 mil. O valor contempla investimentos descritos conforme tabela a seguir:

Rubrica	R\$ mil
Lavouras	116.409
Custo de entressafra	137.148
Obras em andamento	170.044
Máquinas, Equipamentos e Instalações	39.163
Veículos e Semirreboques	19.379
Moveis Equipamentos e Utensílios	3.117
Outros imobilizados	7.745
Total	493.005

Em conformidade com artigo 196 da Lei 6.404/76, em 31 de março a Companhia constituiu reserva de retenção de lucros com base no orçamento de capital após as destinações estatutárias e legais conforme proposta da Administração. O orçamento de capital é submetido para apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas (AGO).

A proposta de constituição de reserva de retenção de lucros, no montante de R\$ 118.273, visa fazer frente ao plano de investimentos para a safra 2022/2023, substancialmente relacionadas ao plano de expansão do parque industrial.

O montante dos lucros retidos conforme proposta de orçamento de capital, será destinado para aquisição de ativos imobilizados (máquinas e equipamentos agrícolas e industriais e expansão do canavial), que tem como objetivo o aumento da capacidade de moagem da cana-de-açúcar, e consequentemente, o aumento da produção de açúcar e etanol.

O orçamento de capital para o período correspondente a safra 2022/23 corresponde aos seguintes investimentos:

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os financiamentos são adquiridos por meio de bancos comerciais e públicos em condições de mercado, emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste e da International Financial Corporation – IFC.

Conforme previsto no orçamento de capital, a companhia prevê a realização dos investimentos com a utilização de recursos próprios e com recursos da reserva de lucros retidos para finalidade de reinvestimento da Companhia conforme quadro abaixo:

ITEM	FONTES	VALOR DAS FONTES
	Descrição das Fontes	
1	Recursos próprios gerados pelas atividades operacionais/financiamento de terceiros	250.109.970,20
2	Reserva de Retenção de Lucros constituída em 31/03/2022	118.273.076,38
	TOTAL DOS INVESTIMENTOS	368.383.046,58

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos



Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b. *Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor*

Em 04 de maio de 2022, a Companhia assinou contratos referentes a aquisição da totalidade das quotas da Santa Vitória Açúcar e Alcool Ltda. (“Santa Vitória” e “Aquisição”); e (ii) dentro do âmbito da mesma operação, à aquisição, pela Santa Vitória, da totalidade das ações da ERB MG Energias S.A. (“Cogen ERB”), unidade de cogeração anexa à planta da Santa Vitória (“Investimento Cogen” e, em conjunto com a Aquisição, a “Transação”). Tanto a Santa Vitória como a Cogen ERB são controladas pelo Grupo Geribá Investimentos (“Geribá”).

O montante total da transação é de R\$ 704.860 mil, conforme detalhado a seguir:

Aquisição Santa Vitória: no montante de R\$ 370.060 mil, sujeito a: (i) um ajuste de preço a ser verificado na data de fechamento da aquisição, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Santa Vitória, correção monetária e eventuais valores desembolsados ou aportados na Santa Vitória; e (ii) um earn-out, baseado nos resultados da Santa Vitória no que diz respeito à performance da safra 2022/23, cuja base será uma moagem mínima de 1,9 milhão de toneladas, inclusive prevendo um desconto no preço caso a moagem efetiva seja inferior.

Investimento Cogen: em conjunto com o fechamento da aquisição, a Companhia se comprometeu a realizar um investimento no montante total de R\$ 334.800 mil na Santa Vitória, também sujeito a eventuais ajustes de fechamento, sendo (i) R\$ 144.870 mil à vista para cumprimento de obrigação de aquisição da Cogen ERB e (ii) assunção de dívidas bancárias de longo prazo da Cogen ERB, no montante de R\$ 189.930 mil.

Desta forma, os desembolsos totais da transação, descontadas as dívidas bancárias assumidas na Cogen ERB, serão de R\$ 514.930 mil, sujeitos aos ajustes de fechamento e earn-out.

O fechamento da Transação depende da implementação de condições precedentes usuais para transações desta natureza, conforme estabelecidas nos contratos, incluindo, dentre outras, a aprovação de financiadores, a realização de assembleia geral de acionistas da Companhia, nos termos do artigo 256 da Lei das S.A., para a aprovação da transação, bem como a obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e órgãos reguladores.

c. *Novos produtos e serviços, indicando:*

i. **Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável.

ii. *Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços*

Não aplicável.

iii. *Projetos em desenvolvimento já divulgados*

Não aplicável.

iv. *Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não aplicável.



10.9 – *Outros fatores com influência relevante*

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

**JALLES MACHADO S.A.****PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2022****ANEXO II****Proposta de Orçamento de Capital****ORÇAMENTO DE CAPITAL**

Senhores Acionistas,

Em conformidade como art. 196 da Lei 6.404/76, a Diretoria da Jalles Machado S.A. vem propor a Retenção de Lucros do exercício encerrado em 31 de março de 2022 no montante de R\$ 118.273.076,38, para fazer frente ao plano de investimentos para a safra 2021/2022, substancialmente relacionadas ao plano de expansão.

O montante dos lucros retidos conforme proposta, será destinado para a aquisição de ativos imobilizados (máquinas e equipamentos), que tem como objetivo o aumento da capacidade de moagem da cana-de-açúcar, e consequentemente, o aumento da produção de açúcar e etanol.

Goianésia (GO), 13 de junho de 2022.



OTÁVIO LAGE DE SIQUEIRA FILHO
Diretor Presidente



RODRIGO PENNA DE SIQUEIRA
Diretor Financeiro



ANEXO ÚNICO À PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Quadro de Usos e Fontes com base no Orçamento de Capital, em consonância com o plano de investimentos para a safra 2022/2023:

ITEM	USOS	Em reais VALOR DOS INVESTIMENTOS
	Descrição dos investimentos	
1	Expansão da capacidade de moagem UJM e UOL (1milhão de ton.)	241.237.534,76
2	Melhoria Operacional	112.447.907,82
3	Compliance e Sustentabilidade	11.124.334,00
4	Tecnologia da Informação	3.573.270,00
	TOTAL DOS INVESTIMENTOS	368.383.046,58

ITEM	FONTES	VALOR DAS FONTES
	Descrição das Fontes	
1	Recursos próprios gerados pelas atividades operacionais/financiamento de terceiros	250.109.970,20
2	Reserva de Retenção de Lucros constituída em 31/03/2022	118.273.076,38
	TOTAL DOS INVESTIMENTOS	368.383.046,58

Obs.: Os investimentos acima relacionados contemplam ampliação da capacidade de moagem em 1 milhão/ton. (brownfield), renovações e melhorias nas plantas industriais, frota agrícola e moto mecanização.

GMH

RPDS

**JALLES MACHADO S.A.****PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2022****ANEXO III****Anexo A da Resolução CVM 81**

Nos termos do Art. 10º, parágrafo único, inciso III e do Anexo A da Resolução CVM nº 81, destacamos o seguinte:

DESCRIÇÃO	DADOS
1. Lucro Líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022	R\$ 389.093.491,43
2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados	Montante global de R\$92.409.704,00, divididos em: (i) Juros sobre Capital Próprio declarados em 03 de dezembro de 2021 e pagos em 23 de dezembro de 2021, no valor bruto de R\$45.710.833,97, equivalente a 0,155111249 por ação; e (ii) Dividendos propostos para distribuição na AGO, no valor de R\$ 52.428.855,98 equivalente a R\$ 0,1779076129 por ação.
3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído	25,00% do lucro líquido
4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores	Não aplicável.
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados	a) o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe: Dividendos no valor de R\$ 52.428.855,98, equivalentes a R\$ 0,1779076129 por ação
	b) forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:



	Propõe-se que os valores adicionais sejam distribuídos na Assembleia a título de dividendos e sejam pagos no dia 25 de agosto de 2022. c) eventual incidência de atualização e juros sobre os juros sobre o capital próprio: Não aplicável. d) data da declaração de pagamento dos dividendos considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao recebimento: Terão direito aos dividendos todos os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia na data base de 26 de julho de 2022.												
6. Declaração de juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores	Não aplicável.												
7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores	Exercícios Sociais encerrados em: <table><tr><th>R\$</th><th>31/03/2022(*)</th><th>31/03/2021</th><th>31/03/2020(**)</th></tr><tr><td>Lucro Líquido do exercício</td><td>1,32</td><td>0,71</td><td>0,34</td></tr><tr><td>Dividendos e Juros sobre Capital Próprio distribuídos</td><td>0,31</td><td>0,24</td><td>0,08</td></tr></table> * Considera a proposta para destinação do resultado ** Considera o número de ações existentes nas respectivas datas ajustados aos efeitos do desdobramento ocorrido em 31.12.2020.	R\$	31/03/2022(*)	31/03/2021	31/03/2020(**)	Lucro Líquido do exercício	1,32	0,71	0,34	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio distribuídos	0,31	0,24	0,08
R\$	31/03/2022(*)	31/03/2021	31/03/2020(**)										
Lucro Líquido do exercício	1,32	0,71	0,34										
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio distribuídos	0,31	0,24	0,08										
8. Destinação de lucros a reserva legal	a) montante destinado a reserva legal: R\$19.454.675,00 b) detalhamento da forma de cálculo da reserva legal: R\$ 389.093.491,43 X 5% = R\$ 19.454.675,00												
9. Ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui apenas ações ordinárias.												
10. Em relação ao dividendo obrigatório	a) forma de cálculo prevista no estatuto: Conforme dispõe o artigo 35 do estatuto social da Companhia, em seu Capítulo VI:												



	“Artigo 35. Após realizadas as deduções contempladas no Artigo acima, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, até que esta atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (b) em cada exercício, será obrigatória a distribuição de dividendo, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A; (c) a juízo do Conselho de Administração e sempre que consultarem os interesses sociais, poderão ser levantados balanços intermediários, promovendo a distribuição de dividendos por conta de lucros apurados nesses balanços; (d) o saldo restante poderá ser destinado à constituição de reservas e retenções de lucros admitidas pela legislação vigente; (e) poderá a diretoria ainda, mediante a aprovação do Conselho de Administração, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários ou ainda em adição aos mesmos; (f) caberá à diretoria, observada a legislação referida no caput deste Artigo, fixar, a seu exclusivo critério, o valor e a data de pagamento de cada parcela de juros cuja distribuição vier a autorizar; (g) os juros eventualmente pagos aos acionistas, que vierem a ser imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício, deverão ser considerados pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte”. b) informar se o dividendo está sendo pago integralmente: Os valores de dividendos declarados e a serem declarados na AGO atingem o montante de dividendo mínimo obrigatório. c) informar o montante eventualmente retido: Não aplicável.
11.Retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:	Não aplicável.
12.Destinação de resultado para reserva de contingências:	Não aplicável.
13.Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:	Não aplicável.
14.Destinação de resultado para reservas estatutárias	Não aplicável.



15.Retenção de lucros prevista em orçamento de capital:	a) identificar o montante da retenção: R\$118.273.076,38 b) fornecer cópia do orçamento de capital: A cópia encontra-se no Anexo II da Proposta da Administração.
16. Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais	a) informar o montante destinado a reserva: R\$153.226.050,10 b) explicar a natureza da destinação: A Companhia constitui "Reserva de Incentivos Fiscais" ao final de cada exercício em que é apurado lucro conforme Lei 12.973/14, artigo 30, § 3º, artigo 195-A da Lei das S.A. e do art. 19 do Decreto-Lei 1.598/77. A Reserva é originada dos valores dos incentivos fiscais caracterizados em conformidade com a Lei Complementar 160, de 07 de agosto de 2017, como subvenção para investimentos. Os incentivos usufruídos em um determinado exercício são registrados no resultado do exercício como uma redução do imposto de renda e ao final do exercício são destinados a Reserva de Incentivos Fiscais, que só poderá ser utilizada para: - Absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; - Aumento do capital social. Os benefícios fiscais no âmbito do ICMS que a Companhia usufrui e que compõem a Reserva de Incentivos Fiscais são: - Desconto obtido com a liquidação antecipada do contrato de financiamento firmado com o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR objeto de oferta pública conforme Artigo 1º, Parágrafo 1º da Lei 13.436/1998 de 13 de dezembro de 1998; - Desconto obtido do Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás - PRODUZIR, conforme Inciso VII do Artigo 20 da Lei 13.591 de 18 de janeiro de 2000. - Crédito Outorgado de ICMS sobre a comercialização de Etanol Anidro Carburante, incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado de Goiás para as empresas enquadradas nos programas FOMENTAR ou PRODUZIR, equivalente a 60% do valor do ICMS como se devido fosse nas operações de vendas de Etanol Anidro realizadas junto às



	distribuidoras. O benefício é regulamentado pela Lei Estadual nº 13.246/99, art. 3º, II.
--	--



JALLES MACHADO S.A.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2022**

ANEXO IV

Item 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência da Companhia

12. Assembleia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Silvia Regina Fontoura de Siqueira	31/01/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/07/2022	31/07/2024	6
300.142.801-59	Psicóloga	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/07/2022	Sim	100%
Gibrail Kinjo Esber Brahim Filho	01/12/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/07/2022	31/07/2024	11
284.963.291-00	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/07/2022	Não	100%
Oscar de Paula Bernardes Neto	05/09/1946	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/07/2022	31/07/2024	3
037.057.307-20	Engenheiro Química	24 - Presidente do Conselho de Administração Independente	26/07/2022	Sim	100%
Plínio Mario Nastari	02/06/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/07/2022	31/07/2024	1
008.009.928-90	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/07/2022	Não	100%
Alexandre Lahóz Mendonça de Barros	03/11/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/07/2022	31/07/2024	1
171.570.928-40	Engenheiro Agrônomo	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	26/07/2022	Não	100%
Vice-Presidente do Conselho de Administração Membro do Comitê de Auditoria					
Clovis Ferreira de Moraes	04/05/1934	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/07/2022	31/07/2024	15
026.592.398-00	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	26/07/2022	Não	100%
Otávio Lage De Siqueira Filho	27/04/1956	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	26/07/2022	31/07/2024	6
229.250.406-59	Engenheiro Civil	33 – Conselheiro (Efetivo) e Dir. Presidente	26/07/2022	Sim	100%
Membro do Comitê de Finanças					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Silvia Regina Fontoura de Siqueira - 300.142.801-59

Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás, é vice-presidente do Conselho de Administração do Grupo Otávio Lage; membro do Conselho de Administração da empresa Jalles Machado S/A; membro do Conselho Deliberativo da Fundação Jalles Machado. Sócia proprietária da empresa LS Agropecuária. Atuou como Psicóloga na Clínica Santa Mônica em Goiânia e .foi sócia do Centro de Psicologia da Pessoa de 1981 a 1989 - GO. Foi Diretora-Presidente da Associação Alphaville de 2014 a 2015, membro do Conselho Deliberativo de 2016 a 2018 e Diretora Financeira de 2018 a 2019. Realiza trabalho voluntário no Projeto Ilumina do Instituto TOTAL. Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Gibrail Kinjo Esber Brahim Filho - 284.963.291-00

Ensino Médio Completo; atua como Diretor Executivo da empresa Gissara Agropecuária Ltda a 30 anos, é conselheiro e vice-presidente do Coopercred - Cooperativa de Crédito do Vale São Patrício e conselheiro efetivo da empresa Jalles Machado S/A.

Declara que: (I) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (II) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Oscar de Paula Bernardes Neto - 037.057.307-20

Graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É sócio-diretor da Yguaporã Consultoria e Empreendimentos Ltda. desde 1999. De 2004 a 2011 foi sócio-diretor da Íntegra Associados Reestruturação Empresarial Ltda., consultoria especializada em reestruturações financeiras.

É membro do Conselho das empresas: DASA – Diagnósticos América S.A., desde 2011, atualmente, atuando como Vice Presidente do Conselho e Coordenador do Comitê de Recursos Humanos; Localiza Rent a Car S.A. – Brasil, desde 2007, atualmente nas funções de Membro dos comitês de auditoria e Governança; e Votorantim Participações – Brasil, desde 2015. Foi membro do conselho de administração das empresas: Mosaic – USA – de 2018 até 2022 – onde atuou como membro do conselho de administração e dos comitês de auditoria e remuneração; Omni Brasil – de 2011 a 2020; Marcopolo S.A. – Brasil – de 2012 até 2019; Praxair – USA – de 2010 até 2018; GERDAU S.A. – Brasil – de 2003 até 2016; Metalúrgica GERDAU S.A. – Brasil – de 2003 até 2016; Vanguarda – onde atuou como membro do comitê estratégico – Brasil – de 2012 até 2015; Cia Suzano de Papel e Celulose – Brasil - de 2005 até 2015; ALCOA - Brasil – de 2003 até 2015; BUNGE - Brasil – de 1999 até 2013 Johnson Electric Holdings Ltd. – Hong Kong – de 2003 até 2011; São Paulo Alpargatas S.A. – Brasil – de 2006 até 2012; DELPHI – USA – de 1999 até 2009; AMYRIS – USA – de 2009 até 2017 – onde foi membro do conselho consultivo; e atuou ainda como CEO da BUNGE International (de 1996 até 1999). Antes de se juntar ao Grupo Bunge foi Sócio Sênior da Booz Allen & Hamilton (1980 até 1996). Oscar de Paula Bernardes Neto é conselheiro independente, eleito de acordo com os critérios de independências estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Plínio Mario Nastari - 008.009.928-90

Graduado em administração de empresas, detém os graus de M.Sc. em Economia e Ph.D. em Economia Agrícola, pela Universidade Estadual de Iowa. Foi por 22 anos professor de Economia da FGV - Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, nos cursos de nível de graduação e pós-graduação (MBA, mestrado e doutorado). Atua desde 1985 em temas de Regulação e Planejamento Energético, tendo participado da Comissão Nacional de Energia, Comissão para Reexame da Matriz Energética e no período de 2016 a 2020, como Representante da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Política Energética. Foi Diretor Executivo e Presidente do Conselho da AEA, Associação Brasileira de Engenharia Automotiva. Com vasta experiência em negociações e disputas comerciais na ITC (International Trade Commission) e na Organização Mundial do Comércio, Dr. Nastari atuou pelo governo brasileiro como Economista-Chefe nas disputas comerciais envolvendo exportações de etanol para os Estados Unidos, exportações de açúcar subsidiado da União Europeia, regime comum de importação de bananas na União Europeia, e regime brasileiro para a importação de pneus usados e recauchutados. Dr. Nastari é membro do Comitê Mundial de Açúcar, na ICE Futures (Intercontinental Exchange), em Nova York, onde são feitas recomendações para melhorias nas regras de contratos e outros assuntos relacionados com o comércio mundial de açúcar. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Alexandre Lahóz Mendonça de Barros - 171.570.928-40

Engenheiro Agrônomo pela ESALQ/USP (1990) e Doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP (1999). Foi Professor do Departamento de Economia da ESALQ/USP entre 1995 e 2004 e professor de Economia Agrícola da Fundação Getúlio Vargas, entre 2005 a 2011. Foi professor Associado da Fundação Dom Cabral entre 2017 a 2019. Foi membro dos Conselhos de Administração da Fosfertil, CASP, Vale Fertilizantes, Grupo Schoenmaker/Terra Viva, Cooperativa Coplana, Fazenda Guarita, Grupo Otávio Lage, Grupo Jalles Machado, HIG Big Sal, BUG Agentes Biológicos, Grupo Roncador, HIG FVO e Nortene. É membro dos Conselhos do Frigorífico Minerva e da Jalles Machado. Foi membro do Comitê de Assessoria Externa da EMBRAPA Pecuária Sudeste e é membro do Conselho Superior do Agronegócio da FIESP. Membro do Conselho Administrativo da Fundação Gestora da USP. Membro do Conselho Consultivo da CNA. Eleito Engenheiro Agrônomo do ano de 2020 pela AEASP. É Sócio-Consultor da MB Agro Consultoria em Gestão Agropecuária. Alexandre Lahóz Mendonça de Barros é conselheiro independente, eleito de acordo com os critérios de independências estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

Clovis Ferreira de Moraes - 026.592.398-00

Engenheiro Civil, formado pela Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC em 1961, onde fez em paralelo, curso de Engenharia de Produção. Enquanto estudante universitário foi estagiário da Companhia Esso de Petróleo do Brasil S/A. Engenheiro civil da Construtora Chicago Bright S/A na construção e instalação do Auto Forno Siderúrgico da Mannesmann na cidade de Belo Horizonte de 1961 a 1962. Engenheiro da Construtora Concisa S/A na cidade de São Paulo nos anos de 1963 a 1967. Sócio, fundador e engenheiro responsável pela Construtora Moraes Ferrari Ltda. desde o ano de 1967. Empreendedor nos setores de "Incorporações Imobiliárias", "Sucro Energético" e "Agropecuária" desde a década de 70. Colaborou juntamente com equipe de catedráticos da Universidade do Mackenzie de São Paulo, na implantação da Faculdade de Engenharia de Barretos - FEB, hoje Universidade de Barretos. Sócio, fundador e "Conselheiro da Jalles Machado S/A" desde sua fundação. Teve participação desde o início do setor "Sucro Alcooleiro" do Grupo Otávio Lage, implantou na região de Goianésia GO, o primeiro experimento de irrigação da cultura da cana-de-açúcar com a colaboração do catedrático da ESALQ de Piracicaba, professor Rubens Escárdua. Trouxe a ideia e estimulado pelo companheiro conselheiro da Jalles Machado S/A, Segundo Braoios Martinez, foi implantado em Goiás a cultura de Seringueiras, sendo hoje, um dos principais polos produtores do Brasil. Observando os plantios de uvas da Califórnia/USA, implantou a técnica para o controle de irrigação por Tensiometria Hídrica na cultura de Seringueiras, hoje, usado inclusive na cultura de cana-de-açúcar.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Otávio Lage De Siqueira Filho - 229.250.406-59

Graduado em Engenharia Civil e Administração, foi diretor presidente da Jalles Machado entre 1981 e 2000 e exerce o cargo desde 2009. Foi presidente do Conselho Deliberativo do Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás (Sifaeg) de 2014 a 2017, presidente da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial), de 2017 a 2021, membro do Conselho de Administração do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) de 2013 a 2021 e Conselheiro da Fundação Abrinq de 2010 a 2019. É Diretor da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), membro do Comitê de Partes Relacionadas do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) e vice-presidente do Conselho de Administração da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial). Foi prefeito de Goianésia por dois mandatos consecutivos, entre 2001 e 2008.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Silvia Regina Fontoura de Siqueira - 300.142.801-59	
N/A	
Gibrail Kinjo Esber Brahim Filho - 284.963.291-00	
N/A	
Oscar de Paula Bernardes Neto - 037.057.307-20	
N/A	
Plínio Mario Nastari - 008.009.928-90	
N/A	
Alexandre Lahóz Mendonça de Barros - 171.570.928-40	
N/A	
Clovis Ferreira de Moraes - 026.592.398-00	
N/A	
Otávio Lage De Siqueira Filho - 229.250.406-59	
N/A	

12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Alexandre Lahóz Mendonça de Barros	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	03/11/1967	26/07/2022	31/07/2022
171.570.928-40		Engenheiro Agrônomo		30/11/2020	2	100%
Otávio Lage De Siqueira Filho	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	27/04/1956	26/07/2022	31/07/2022
229.250.406-59	Comitê de Finanças	Engenheiro Civil		30/11/2020	1	100%
Diretor Presidente / Superintendente Presidente do Conselho de Administração Diretor-Presidente						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Alexandre Lahóz Mendonça de Barros - 171.570.928-40

Engenheiro Agrônomo pela ESALQ/USP (1990) e Doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP (1999). Foi Professor do Departamento de Economia da ESALQ/USP entre 1995 e 2004 e professor de Economia Agrícola da Fundação Getúlio Vargas, entre 2005 a 2011. Foi professor Associado da Fundação Dom Cabral entre 2017 a 2019. Foi membro dos Conselhos de Administração da Fosfertil, CASP, Vale Fertilizantes, Grupo Schoenmaker/Terra Viva, Cooperativa Coplana, Fazenda Guarita, Grupo Otávio Lage, Grupo Jalles Machado, HIG Big Sal, BUG Agentes Biológicos, Grupo Roncador, HIG FVO e Nortene. É membro dos Conselhos do Frigorífico Minerva e da Jalles Machado. Foi membro do Comitê de Assessoria Externa da EMBRAPA Pecuária Sudeste e é membro do Conselho Superior do Agronegócio da FIESP. Membro do Conselho Administrativo da Fundação Gestora da USP. Membro do Conselho Consultivo da CNA. Eleito Engenheiro Agrônomo do ano de 2020 pela AEASP. É Sócio-Consultor da MB Agro Consultoria e em Gestão Agropecuária. Alexandre Lahóz Mendonça de Barros é conselheiro independente, eleito de acordo com os critérios de independências estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, no Regimento Interno do Conselho de Administração e no Estatuto Social.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Otávio Lage De Siqueira Filho - 229.250.406-59

Graduado em Engenharia Civil e Administração, foi diretor presidente da Jalles Machado entre 1981 e 2000 e exerce o cargo desde 2009. Foi presidente do Conselho Deliberativo do Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás (Sifaeg) de 2014 a 2017, presidente da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial), de 2017 a 2021, membro do Conselho de Administração do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) de 2013 a 2021 e Conselheiro da Fundação Abrinq de 2010 a 2019. É Diretor da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), membro do Comitê de Partes Relacionadas do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) e vice-presidente do Conselho de Administração da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial). Foi prefeito de Goianésia por dois mandatos consecutivos, entre 2001 e 2008.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Alexandre Lahóz Mendonça de Barros - 171.570.928-40 N/A	
Otavio Lage De Siqueira Filho - 229.250.406-59 N/A	

12. Assembleia e administração / 12.9 - Relações familiares

Informações acerca da existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

(i) relações familiares entre nossos administradores.

Nosso Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração, Otávio Lage de Siqueira Filho, e nossa membro do Conselho de Administração, Silvia Regina F. de Siqueira, são irmãos.

Além disso, nosso Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Rodrigo Penna Siqueira, e nosso Diretor Comercial, Henrique Penna de Siqueira, também são irmãos.

(ii) relações familiares entre nossos administradores e administradores de controladas diretas e indiretas da nossa Companhia.

Não aplicável. Os administradores das controladas da Companhia são os mesmos administradores da Companhia.

(iii) relações familiares entre os nossos administradores e de nossas controladas, diretas e indiretas e nossos controladores diretos ou indiretos.

(a) Nosso Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração, Otávio Lage de Siqueira Filho:

(a.1) é controlador (detentor de 88,14% do capital social) da Baptista de Siqueira Administração e Participação Ltda., sociedade que compartilha o controle da Planagri S.A., nossa controladora indireta.

(a.2) é irmão de Silvia Regina F. de Siqueira, detentora de 100% do capital social da Siqueira Melo Administração e Participações Ltda, sociedade que compartilha o controle da Planagri S.A., nossa controladora indireta.

(a.3) é irmão de Jalles Fontoura de Siqueira, detentor de 99,9% do capital social da Rocha Siqueira Administração e Participações Ltda, sociedade que compartilha o controle da Planagri S.A., nossa controladora indireta.

(b) Nossos Diretores Financeiro e de Relações com Investidores, Rodrigo Penna Siqueira e Henrique Penna Siqueira:

(b.1) são filhos de Myriam Penna de Siqueira, detentora de 39,9%% do capital social da Penna Siqueira Administração e Participações S.A., sociedade que compartilha o controle da Planagri S.A., nossa controladora indireta.

(b.2) são irmãos de Tereza Penna de Siqueira e Julia Penna de Siqueira, detentoras de 15% cada uma do capital social da Penna Siqueira Administração e Participações S.A., sociedade que compartilha o controle da Planagri S.A., nossa controladora indireta.

(c) Nosso membro do Conselho de Administração, Silvia Regina F. de Siqueira:

(c.1) é detentora de 80% do capital social da Siqueira Melo Administração e Participações Ltda., sociedade que compartilha o controle da Planagri S.A., nossa controladora indireta;

(c.2) é irmã do nosso Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração, controlador (detentor de 88,14% do capital social) da Baptista de Siqueira Administração e Participação Ltda., sociedade que compartilha o controle da Planagri S.A., nossa controladora indireta; e

(c.3) é irmã de Jalles Fontoura de Siqueira, detentor de 99,9% do capital social da Rocha Siqueira Administração e Participações Ltda, sociedade que compartilha o controle da Planagri S.A., nossa controladora indireta.

(iv) nossos administradores e administradores das nossas sociedades controladoras diretas e indiretas.

(a) Nosso Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração, Otávio Lage de Siqueira Filho, é administrador da Baptista de Siqueira Administração e Participações Ltda., da Vera Cruz Agropecuária Ltda. e da Planagri S.A, sociedades que compartilham o controle indireto da Companhia.

(b) Nosso Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Rodrigo Penna Siqueira, é administrador da Penna Siqueira Administração e Participações S.A., da Vera Cruz Agropecuária Ltda. e da Planagri S.A., sociedades que compartilham o controle indireto da Companhia.

(c) Nosso membro do Conselho de Administração, Silvia Regina F. de Siqueira, é administradora da Siqueira Melo Administração e Participações Ltda., sociedade que compartilha o controle indireto da Companhia.

12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle

Identificação	Tipo de relação do Administrador com a CPF/CNPJ pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função		

Administrador do Emissor

Silvia Regina Fontoura de Siqueira 300.142.801-59 Controle Controlador Indireto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Siqueira Melo Adm. e Participações Ltda. 24.003.736/0001-81
Administradora

Observação

Nos últimos três exercícios a Sra. Silvia Regina Fontoura de Siqueira foi administradora e sócia controladora da Siqueira Melo Administração e Participações Ltda.

Administrador do Emissor

Clovis Ferreira de Moraes 026.592.398-00 Controle Controlador Indireto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

CL Moraes Agropecuária & Planejamento Ltda. 29.206.144/0001-80
Administrador

Observação

Nos últimos três exercícios Clóvis Ferreira de Moraes foi administrador e sócio controlador da CL Agropecuária e Planejamento Ltda.

Administrador do Emissor

Gibrail Kinjo Esber Brahim Filho 284.963.291-00 Controle Controlador Indireto

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Gissara Agropecuária Ltda. 03.803.525/0001-53
Administrador

Observação

Nos últimos três exercícios Gibrail Kinjo Esber Brahim Filho foi administrador da Gissara Agropecuária Ltda.

JALLES MACHADO S.A.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2022**

ANEXO V

Item 13 do Formulário de Referência da Companhia

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Possuímos uma Política da Remuneração de Administradores ("Política de Remuneração"), a qual foi formalmente aprovada em 24 de novembro de 2020, e que pode ser consultada no em nosso website (<https://ri.jallesmachado.com>) e fisicamente no endereço da nossa sede.

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração da Companhia tem por objetivo fazer com que a remuneração dos Administradores seja uma ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção dos melhores profissionais do mercado para administração da Companhia. A remuneração dos Administradores deve estar alinhada aos objetivos estratégicos da Companhia, com foco em sua perenidade e na criação de valor no longo prazo.

A remuneração da Diretoria deve ser aprovada pelo Conselho de Administração por meio de um procedimento formal e transparente, visando que a remuneração dos diretores: (a) valorize a meritocracia, reconhecendo o esforço e as habilidades diferenciadas das pessoas que geram resultados para a Companhia, sem, contudo, comprometer o equilíbrio interno e o senso de trabalho em equipe; (b) ofereça padrões de remuneração compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, de modo a reconhecer diferentes níveis de capacidade para gerar impactos nos resultados da Companhia; (c) considere os custos e os riscos envolvidos; e (d) esteja vinculada a resultados, com metas de médio e longo prazos relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a Companhia no longo prazo.

A estrutura de incentivos dos Diretores, estatutários ou não-estatutários, deve estar alinhada aos limites de risco definidos pelo Conselho de Administração, sendo vedado que uma mesma pessoa controle o processo decisório e sua respectiva fiscalização, de modo que nenhuma pessoa deve deliberar sua própria remuneração.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração e Comitês

A remuneração fixa anual é o elemento básico da remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês, sendo composta por:

a) Pró-labore: os membros do Conselho de Administração e dos Comitês receberão uma remuneração mensal, a título de pró-labore, definido de acordo com a negociação individual, orientada,

dentre outros fatores, pelo tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional e o valor dos serviços no mercado de cada membro, bem como por pesquisas de remuneração do setor de atividade e de companhias de porte similar ao da Companhia, observada esta Política de Remuneração.

b) Benefícios (diretos e indiretos): A Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos membros do Conselho de Administração e dos Comitês, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração e de eventuais Comitês estatutários poderão estar cobertos pela apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Seguro D&O).

Remuneração variável

Os membros do Conselho de Administração e dos Comitês do Conselho de Administração não farão jus a remuneração variável.

Remuneração de membros do Conselho de Administração ou dos Comitês que também sejam membros da Diretoria

Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, estatutária ou não-estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de Diretores.

Remuneração de membros dos Comitês que também sejam membros da Diretoria estatutária ou não estatutária ou do Conselho de Administração

Os membros dos Comitês, estatutários ou não-estatutários, que também sejam membros do Conselho de Administração ou Diretores, estatutários ou não-estatutários, não farão jus a qualquer acréscimo de pró-labore ou outro elemento de remuneração em função de sua participação nos Comitês.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

Remuneração fixa anual

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria, e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas na Companhia, bem como na experiência individual, sendo composta por:

a) **Pró-labore ou Salário**: os diretores estatutários e não-estatutários da Companhia receberão uma remuneração mensal, a título de pró-labore ou salário, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do segmento de atividade da Companhia, observada esta Política de Remuneração.

b) **Benefícios (diretos e indiretos)**: os diretores estatutários e não-estatutários da Companhia poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) Planos de Assistências Médica e Odontológica; (ii) Vale Alimentação; (iii) Refeitório; (iv) Seguro de Vida.; (v) Concessão de Carro e (vi) Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (Seguro D&O).

Remuneração variável

A remuneração variável é um elemento discricionário e adicional de remuneração, que permite à Companhia oferecer retribuição adicional aos Diretores pelo seu desempenho e comportamento, refletindo, ao mesmo tempo, a lucratividade e a situação financeira da Companhia. Tal remuneração é atrelada ao cumprimento de metas econômicas, metas da unidade de negócios, e individuais.

Os Diretores podem ser elegíveis ao recebimento de bônus, ou participação nos lucros e resultados ou incentivo de longo prazo ou gratificações excepcionais, entre outras formas de remuneração variável, que serão concedidos por liberalidade pela Companhia, nos termos e condições das políticas internas determinadas pelo Conselho de Administração.

A metodologia de determinação da remuneração variável deve ser revista anualmente para assegurar o alinhamento com o objetivo e as diretrizes desta Política.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, terão sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com a legislação aplicável.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos 3 últimos exercícios

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total dos últimos 3 (três) exercícios:

Exercício encerrado em 31/03/2022

	Remuneração Fixa*	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,0%	0	0	100,0%
Diretoria Estatutária	70,21%	29,79%	0	100,0%
Diretoria Não-Estatutária	0	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0	0

*Remuneração fixa (salário ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos e outros)

Exercício encerrado em 31/03/2021

	Remuneração Fixa*	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100,0%	0	0	100,0%
Diretoria Estatutária	59,65%	40,35%	0	100,0%
Diretoria Não-Estatutária	0	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0	0

*Remuneração fixa (salário ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos e outros)

Exercício encerrado em 31/03/2020

	Remuneração Fixa*	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
--	-------------------	----------------------	------------------------------	-------

Conselho de Administração**	0	0	0	0
Diretoria Estatutária	77,67%	22,33%	0	100,0%
Diretoria Não-Estatutária	0	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0	0

*Remuneração fixa (salário ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos e outros)

** Nenhum membro do Conselho de Administração era remunerado

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal, a título de remuneração será determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando essa remuneração limitada pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A remuneração total individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração com base em avaliações apresentadas pelo Departamento de Recursos Humanos, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de remuneração fixa. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

A remuneração total individual dos Diretores Não-Estatutários é determinada pela Diretoria Estatutária com base em referências de mercado para posições de complexidade similar. Os Diretores Não-Estatutários também podem ser elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho com os representantes da categoria.

A metodologia de cálculo e reajuste da remuneração variável paga à Diretoria segue o determinado na Política de Remuneração da Companhia, aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 24/11/2020. A Política em questão prevê que a remuneração variável é um elemento discricionário e adicional de remuneração, concedida por liberalidade pela Companhia, nos termos e condições das políticas internas determinadas pelo Conselho de Administração, sendo atrelada ao cumprimento de metas financeiras, operacionais, aos resultados da Companhia e a metas individuais do diretor.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Analizamos nossa performance e o desempenho de nossos administradores para manter a remuneração de acordo com as práticas de mercado, adequadas à qualidade de nossos executivos e dentro de nossas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração pagam aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Atualmente todos os Conselheiros são remunerados, entretanto, Sr. Otavio Lage de Siqueira Filho renunciou os honorários como membro do Conselho de Administração, mantendo somente a remuneração como Diretor

Estatutário. O Sr. Alexandre Lahoz Mendonça de Barros também renunciou os honorários como Coordenador do Comitê de Auditoria, mantendo somente os honorários como Vice Presidente do Conselho de Administração.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

**Remuneração
Fixa**

- a) Salário Base: baseado nas atribuições e responsabilidades de cada cargo, e o valor determinado pela avaliação de comparação de fatores e posicionamento na mediana do mercado de referência.
- b) Benefícios: determinados por práticas de mercado com o propósito de oferecer um pacote de benefícios atrativo.

Curto Prazo

**Remuneração
Variável**

Reconhecer o executivo no curto prazo pelo alcance dos desafios estabelecidos para o ano safra, assegurando o alto desempenho e melhoria de performance.
As metas de cada diretor é composto por:

- a) metas coletivas, atreladas a indicadores de geração de valor da Companhia,
- b) metas da área de negócio , representadas por indicadores operacionais de cada diretoria, e
- c) metas individuais, atreladas ao cumprimento do plano de desenvolvimento.

O pagamento do incentivo é anual, e são estabelecidos um patamar mínimo aceitável, alvo (meta) e máximo esperado de acordo com o atingimento de cada indicador.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Parcela do valor total pago aos administradores é recebida na forma de remuneração variável, a qual é consideravelmente impactada pelos indicadores de desempenho acordados junto ao Conselho de Administração no exercício, levando-se em conta os resultados históricos e o planejamento estratégico da Companhia.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Nossa Política de Remuneração se alinha com os nossos interesses de curto, médio e longo prazo da seguinte forma: estimulamos a meritocracia por meio de avaliações periódicas, atrelamos a diretoria as metas estratégicas, financeiras e operacionais através da definição das metas individuais.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é reavaliada anualmente pelo Conselho de Administração tendo em vista as práticas de mercado e desempenho individual, que, nos termos das suas atribuições, faz a proposta do montante global à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

O Conselho de Administração define a remuneração individual de seus membros e do Presidente da Companhia, bem como estabelece a remuneração individual dos membros da Diretoria Estatutária, sempre com base em práticas de mercado.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria receberão um pró-labore fixo mensal, definido de acordo com negociação individual, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade, observada a Política de Remuneração.

Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os nossos administradores considerando as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional destes. Ademais, realizamos pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade de nossa estratégia de remuneração, a qual abrange uma remuneração fixa mensal, recebida a título de pró-labore e, no caso da Diretoria, uma remuneração variável. Estas pesquisas levam em consideração uma amostra de empresas dos que atuam no mesmo setor que no nosso, além de companhias de porte semelhante ao nosso, e buscamos identificar a prática dessas empresas nos diferentes componentes da remuneração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da nossa Política de Remuneração, avaliando se a remuneração paga por nós condiz com o cargo, responsabilidades e volume de trabalho de cada membro, levando em consideração, ainda, sua situação econômico-financeira.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente a se encerrar em 31/03/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	0	11,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00	0	10,00
Remuneração fixa anual	2.490.000,00	4.922.570,49	0	7.412.570,49

Salário ou pró-labore	2.490.000,00	4.060.522,00	0	6.550.522,00
Benefícios direto e indireto	0,	161.041,00	0	161.041,00
Participações em comitês	0	0	0	
Outros	0	701.007,49	0	701.007,49
Descrição de outras remunerações fixas	-	Produtividade, Quinquênio, 13º Salário e 1/3 de férias	-	-
Remuneração variável	0	3.485.087,00	0	3.485.087,00
Bônus	0		0	
Participação de resultados	0	3.485.087,00	0	3.485.087,00
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Benefícios diretos e indiretos – Vale alimentação e plano de saúde.	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	2.963.219,89	0	2.963.219,89
Observação	Obs.1: o número de total de membros foi calculado considerando-se a média anual de membros em cada mês do ano, com duas casas decimais, conforme orientações contidas no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP.	Obs.1: o número de total de membros foi calculado considerando-se a média anual de membros em cada mês do ano, com duas casas decimais, conforme orientações contidas no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP. Obs. 2: Conforme indicado no item 13.4, a Companhia está avaliando a adoção de remuneração baseada em ações e a partir deste exercício.	-	Obs.1: o número de total de membros foi calculado considerando-se a média anual de membros em cada mês do ano, com duas casas decimais, conforme orientações contidas no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP.
Total da remuneração	2.490.000,00	11.370.877,38		13.860.877,38

Remuneração total do Exercício Social findo em 31/03/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	0	11,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00	0	10,00

Remuneração fixa anual	2.076.000,00	3.965.086,70	0	6.041.086,70
Salário ou pró-labore	2.076.000,00	3.378.124,00	0	5.454.124,00
Benefícios direto e indireto	0	76.628,48	0	76.628,48
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	510.334,22	0	510.334,22
Descrição de outras remunerações fixas	-	Produtividade, Quinquênio, 13º Salário e 1/3 de férias	-	-
Remuneração variável	0	1.682.621,93	0	1.682.621,93
Bônus	0	1.467.395,45		1.467.395,45
Participação de resultados	0	215.226,48		215.226,48
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	-	Benefícios diretos e indiretos – Vale alimentação e plano de saúde.	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	Obs.1: o número de total de membros foi calculado considerando-se a média anual de membros em cada mês do ano, com duas casas decimais, conforme orientações contidas no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP. Obs.2: Os valores não incluem os encargos sociais devidos pelo empregador, conforme as orientações contidas no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP de 24 de fevereiro de 2022	Obs.1: o número de total de membros foi calculado considerando-se a média anual de membros em cada mês do ano, com duas casas decimais, conforme orientações contidas no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP. Obs.2: Os valores não incluem os encargos sociais devidos pelo empregador, conforme as orientações contidas no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP de 24 de fevereiro de 2022	-	Obs.1: o número de total de membros foi calculado considerando-se a média anual de membros em cada mês do ano, com duas casas decimais, conforme orientações contidas no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP. Obs.2: Os valores não incluem os encargos sociais devidos pelo empregador, conforme as orientações contidas no Ofício Circular Anual 2022 CVM/SEP de 24 de fevereiro de 2022
Total da remuneração	2.076.000,00	5.647.708,63		7.723.708,63

Remuneração total do Exercício Social findo em 31/03/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	0	11,00

Nº de membros remunerados	6,00	4,00	0	10,00
Remuneração fixa anual	1.024.418,20	3.764.159,19	0	4.788.577,39
Salário ou pró-labore	1.024.418,20	3.206.036,00	0	4.230.454,20
Benefícios direto e indireto	0	48.469,65	0	48.469,65
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	509.653,54	0	509.653,54
Descrição de outras remunerações fixas		Produtividade, Quinquênio, 13o. Salário e 1/3 de férias		
Remuneração variável	0	2.546.759,82	0	2.546.759,82
Bônus	0	2.383.404,11	0	2.383.404,11
Participação de resultados	0	163.355,71	0	163.355,71
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis		Benefícios diretos e indiretos – Vale alimentação e plano de saúde.	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	Até a eleição do novo Conselho de Administração em novembro de 2020, apenas um conselheiro era remunerado.	Benefícios diretos e indiretos – Vale alimentação e plano de saúde.	0	0
Total da remuneração	1.024.418,20	6.310.919,01		7.335.337,21

Remuneração total do Exercício Social findo em 31/03/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,00	4,00	0,00	5,00
Nº de membros remunerados	1,00	4,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual	267.272,74	3.684.997,31		3.952.270,05
Salário ou pró-labore	267.272,74	3.087.275,00	0,00	3.354.547,74
Benefícios direto e indireto	0,00	62.779,09	0,00	62.779,09
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	534.943,22	0,00	534.943,22
Descrição de outras remunerações fixas		Quinquênio, Produtividade, 1/3 Férias e 13º.		
Remuneração variável		1.059.417,22		1.059.417,22
Bônus	0,00	751.651,45	0,00	751.651,45
Participação de resultados	0,00	307.765,77	0,00	307.765,77

Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O primeiro membro do Conselho de Administração a ser remunerado foi admitido em setembro de 2019.	Benefícios diretos e indiretos – Vale alimentação e plano de saúde.		
Total da remuneração	267.272,74	4.744.414,53	0,00	5.011.687,27

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o Exercício corrente 31/03/2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	4	0	11
Nº de membros remunerados	6	4	0	10
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	0	0	0	0
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	1.742.543,50	0	1.742.543,50
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	5.227.630,50	0	5.227.630,50
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	0	3.485.087,00	0	3.485.087,00

Remuneração variável para o Exercício findo 31/03/2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	4	0	11
Nº de membros remunerados	6	4	0	10
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	585.977,67	0	585.977,67
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	2.264.648,00	0	2.264.648,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	0	1.528.637,40	0	1.528.637,40
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	1.467.395,45	0	1.467.395,45
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	283.081,00	0	283.081,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	0	0	0	
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	215.226,48	0	215.226,48
Remuneração variável do Exercício findo em 31/03/2021				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	0	11,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,00	0	10,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	551.634,30	0	551.634,30
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	2.131.920,00	0	2.131.920,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	0	1.439.046,00	0	1.439.046,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	2.383.404,11	0	2.383.404,11
Participação nos Resultados				

Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	266.490,00	0	266.490,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	0	266.490,00	0	266.490,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	163.355,71	0	163.355,71

Remuneração variável do Exercício findo em 31/03/2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,00	4,00	0	5,00
Nº de membros remunerados	1,00	4,00	0	5
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	256.435,00	0	256.435,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	1.795.045,00	0	1.795.045,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	0	1.282.175,00	0	1.282.175,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	751.651,45	0	751.651,45
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0	256.435,00	0	256.435,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	0	256.435,00	0	256.435,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	307.765,77	0	307.765,77

* 25,03% do valor pago do PPR refere-se ao resultado do PPR de 2018/2019

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia não possui nesta data um plano aprovado de remuneração baseada em ações.

Não obstante, conforme indicado na proposta da administração para a remuneração do exercício a se encerrar em 31 de março de 2023, bem como indicado no item 13.2 acima, a Companhia está avaliando a elaboração e submissão para aprovação em assembleia geral extraordinária de um plano de incentivo baseado em ações da Companhia, como forma de incentivar, atrair e reter os seus executivos.

Caso referido plano de incentivo seja submetido e eventualmente aprovado em assembleia geral, a Companhia pretende realizar outorgas no âmbito do referido plano para o exercício social corrente. Nesse sentido, a proposta de remuneração global da administração, bem como a descrição dos elementos da remuneração da administração do exercício corrente, conforme o item 13.2 acima, já contemplam a estimativa atual de reconhecimento das despesas do plano para o exercício social a se encerrar em 31 de março de 2023.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5. - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável.

13.6 - Opções em Aberto

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

Não aplicável.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Órgão	Ações	
	Número	%
Conselho de Administração	66.427.785	22,54
Diretoria	32.521.762	11,04
Conselho Fiscal	0	0

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Não aplicável, considerando que não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/03/22	31/03/21	31/03/20	31/03/22	31/03/21	31/03/20	31/03/22	31/03/21	31/03/20
Nº membros	4	4	4	7	7	6	0	0	0
Nº membros remunerados	4	4	4	6	7	0	0	0	0
Valor da maior remuneração (R\$)	1.689.721,42	1.886.414,18	1.385.774,44	696.000,00	541.418,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração (R\$)	1.150.231,93	1.263.050,82	953.423,22	180.000,00	63.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração (R\$)	1.411.927,16	1.577.729,75	1.186.104,63	346.000,00	170.736,37	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/03/2022	Foi considerado ano safra (abril/2021 a março/2022) para manter a coerência com o item 13.2
31/03/2021	Foi considerado ano safra (abril/2020 a março/2021) para manter a coerência com o item 13.2
31/03/2020	Foi considerado ano safra (abril/2019 a março/2020) para manter a coerência com o item 13.2

Conselho de Administração	
31/03/2022	Foi considerado ano safra (abril/2021 a março/2022) para manter a coerência com o item 13.2.
31/03/2021	Foi considerado ano safra (abril/2020 a março/2021) para manter a coerência com o item 13.2.
31/03/2020	Foi considerado ano safra (abril/2019 a março/2020) para manter a coerência com o item 13.2. Os membros do conselho não tiveram valores informados, pois o único conselheiro remunerado foi eleito em setembro de 2019, não completando um ano-safra.

Conselho Fiscal	
31/03/2022	N/A
31/03/2021	N/A
31/03/2020	N/A

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Não há, na data deste Formulário de Referência, administradores elegíveis a indenização em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. No entanto, a Companhia mantém apólice de Seguro de Responsabilidade Civil (D&O – Directors & Officers), conforme item 12.11 do seu Formulário de Referência. A apólice conta com prazo complementar ilimitado para os segurados que se desliguem voluntariamente da Companhia durante o período de vigência em caso de cancelamento ou não renovação da apólice.

13.13 Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Exercício social encerrado em 31 de março de 2022.

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	26,01%
Diretoria Estatutária	75,76%
Conselho Fiscal	0%

Exercício social encerrado em 31 de março de 2021.

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	18,45%
Diretoria Estatutária	74,15%
Conselho Fiscal	0%

Exercício social encerrado em 31 de março de 2020.

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	74,39%
Conselho Fiscal	0%

Obs¹: Os diretores estatutários que são partes relacionadas aos controladores são: Otavio Lage de Siqueira filho, Diretor Presidente; Rodrigo Penna de Siqueira, Diretor Financeiro e de Relação com Investidores; Henrique Penna de Siqueira, Diretor Comercial.

Obs²: Os membros do conselho que eram partes relacionadas não eram remunerados.

13.14 Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não aplicável, pois a Companhia não adota qualquer tipo de remuneração de administradores recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Exercício social 31/03/2022 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício social 31/03/2021 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício social 31/03/2020 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	0	0	0
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício social 31/03/2022 – demais remunerações recebidas				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	268.984,23	0	268.984,23
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício social 31/03/2021 – demais remunerações recebidas				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	279.986,70	0	279.986,70
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício social 31/03/2020 – demais remunerações recebidas				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	0	202.496,32	0	202.496,32
Controladas do emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

13.16 Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes.